

**RELATÓRIO ANUAL DE
ÁREAS ARDIDAS E
INCÊNDIOS FLORESTAIS EM
PORTUGAL CONTINENTAL**

2013



Elaborado por:

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P./Departamento de Gestão de Áreas Classificadas,
Públicas e de Proteção Florestal

Colaboração:

-Autoridade Nacional de Proteção Civil/Comando Nacional de Operações de Socorro
-Guarda Nacional Republicana

Data: 23 de setembro de 2014

ÍNDICE

1. PREPARAÇÃO DA ÉPOCA.....	4
1.1. REUNIÕES CONJUNTAS (POLÍTICAS E TÉCNICAS)	4
2. INFORMAÇÃO GERAL.....	5
2.1. NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E ÁREAS ARDIDAS.....	5
2.2. NÍVEL DE CUMPRIMENTO DAS METAS DEFINIDAS NO PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	10
2.3. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA	13
2.4. CUSTOS COM A PREVENÇÃO E A EXTINÇÃO.....	18
3. INFORMAÇÃO OPERACIONAL	18
3.1. DISPOSITIVO OPERACIONAL ENVOLVIDO NAS AÇÕES DE COMBATE.....	18
3.2. NÚMERO DE DIAS POR NÍVEL DE ALERTA.....	19
3.3. NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR RISCO DE INCÊNDIO E POR DISTRITO.....	20
3.4. NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR PERÍODO HORÁRIO	21
3.5. DURAÇÃO MÉDIA DOS INCÊNDIOS	22
3.6. MOBILIZAÇÃO DE COMPANHIAS E DE GRUPOS DE REFORÇO A INCÊNDIOS FLORESTAIS	23
3.7. FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS, GRUPO DE INTERVENÇÃO PROTEÇÃO E SOCORRO E GRUPO DE ANÁLISE E USO DO FOGO	23
3.8. FORMAÇÃO MINISTRADA	26
3.9. EFICÁCIA DO ATAQUE INICIAL (ATI) E DO ATAQUE AMPLIADO (ATA)	26
4. PREVENÇÃO ESTRUTURAL	27
4.1. ÁREAS INTERVENÇIONADAS	27
4.2. SAPADORES FLORESTAIS E EQUIPAS OPERACIONAIS DO ICNF	27
4.3. FORMAÇÃO MINISTRADA	28
4.4. SENSIBILIZAÇÃO	29
5. VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO	30
5.1. REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA	30
5.2. DADOS POR FONTE DE ALERTA	30
5.3. AUTOS-NOTÍCIA LEVANTADOS NO ÂMBITO DO DL N.º124/2006 E EVENTUAIS PROCESSOS-CRIME	31
5.4. DETIDOS.....	32
5.5. CAUSAS DOS INCÊNDIOS	32
5.6. FORMAÇÃO MINISTRADA	34
6. ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS SUBMETIDAS AO REGIME FLORESTAL.....	34
7. DESCRIÇÃO DOS GRANDES INCÊNDIOS	35
8. VÍTIMAS REGISTRADAS	36
9. PREJUÍZOS AMBIENTAIS E MATERIAS	37
10. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS COM OS INCÊNDIOS FLORESTAIS COM OS BOMBEIROS	38
11. EMISSÕES DE CO2	39
12. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	39

1. PREPARAÇÃO DA ÉPOCA

1.1. Reuniões conjuntas (políticas e técnicas)

Na preparação do dispositivo especial de combate a incêndios florestais para 2013 (DECIF) foi dada continuidade à realização de diversas reuniões técnicas com os agentes de proteção civil e entidades cooperantes. Em particular foram levadas a cabo reuniões em todos os distritos com elementos de comando dos Corpos de Bombeiros, tendo em vista, a recolha de contributos e melhorias com o intuito de proceder à revisão e elaboração da Diretiva Operacional Nacional. Este trabalho culminou com aprovação da mesma em sede da Comissão Nacional de Proteção Civil, no dia 14 de março de 2013. Seguiu-se, nesse mesmo dia a sua apresentação pública, realizada na sede da Autoridade Nacional de Proteção civil e que contou com a presença de Sua Excelência o Sr. Ministro da Administração Interna.

Decorrente da aprovação desta diretiva, foram alvo de elaboração e consequente aprovação os 18 planos operacionais distritais em sede da respetiva reunião comissão distrital de proteção civil e da comissão distrital de defesa da floresta, seguida de apresentação pública aos órgãos de comunicação social a nível regional.

No decurso das fases Bravo, Charlie e Delta, houve lugar à realização de briefings diários de acompanhamento e monitorização da situação que contaram com a presença, em permanência dos oficiais de ligação previstos no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Socorro, complementados pelas reuniões regulares, do Centro de Coordenação Operacional Nacional, tendo em vista a tomada de medidas de antecipação e reação que a cada momento a situação foi exigindo. No âmbito deste mecanismo de coordenação institucional foram elaborados 22 Comunicados Técnico Operacionais e 12 avisos dirigidos à população, com recomendações preventivas relativas ao cuidado a ter com os incêndios florestais.

A Autoridade Nacional de Proteção Civil, através do Comando Nacional de Operações de Socorro, preparou ainda, ao longo da Fase Bravo e Charlie, diversos briefings operacionais, relativamente à evolução da situação dos incêndios florestais, à tutela e à Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República.

No âmbito da prevenção estrutural realizaram-se em todos os distritos reuniões das comissões distritais de defesa da floresta (CDDF) e nos municípios as respetivas reuniões de comissões municipais de defesa da floresta (CMDF) que resultaram, de entre outros aspetos, na aprovação de 207 planos operacionais municipais (POM).

2. INFORMAÇÃO GERAL

2.1. Número de ocorrências e áreas ardidas

Em 2013 contabilizaram-se, em Portugal Continental, 19.291 ocorrências, das quais 20% correspondem a incêndios florestais (com área ardida ≥ 1 ha) e 80% a fogachos (ocorrências com área ardida < 1 ha).

A área ardida foi de cerca de 152.758 hectares, dos quais 36% em povoamentos florestais e 64% em matos, incluindo pastagens espontâneas (Quadro 1).

O total de ocorrências de 2013 traduz-se num decréscimo de cerca de 8,9% em relação a 2012 e de 17,7% face à média do decénio anterior. Esta diminuição verificou-se quer no número de incêndios florestais quer no número de fogachos. Relativamente à área ardida de 2013 esta sofreu um incremento de 7,1% face à média dos últimos dez anos. Em termos absolutos os diferenciais face às respetivas médias do período 2003-2012 traduzem-se em menos 4.155 ocorrências e a mais 10.176 hectares.

Quadro 1 – Distribuição anual do número de ocorrências e área ardida entre 2003 e 2013.

Anos	Ocorrências			Área ardida (hectares)		
	Incêndios Florestais	Fogachos (Área < 1 ha)	Total	Povoamentos	Matos	Total
2003	5.323	20.896	26.219	286.055	139.784	425.839
2004	5.069	17.096	22.165	56.271	73.836	130.107
2005	8.192	27.631	35.823	213.921	125.168	339.089
2006	3.499	16.945	20.444	36.320	39.738	76.058
2007	3.677	16.639	20.316	9.829	22.766	32.595
2008	2.591	12.339	14.930	5.461	12.103	17.564
2009	5.862	20.274	26.136	24.097	63.323	87.420
2010	3.970	18.058	22.028	46.079	87.011	133.090
2011	5.043	20.179	25.222	20.044	53.785	73.829
2012	4.425	16.754	21.179	48.067	62.165	110.232
2013	3.845	15.446	19.291	55.673	97.085	152.758
Média 2003-2012	4.765	18.681	23.446	74.614	67.968	142.582

Na região Autónoma da Madeira registaram-se 63 incêndios que consumiram 1 283 hectares de espaços florestais, dos quais 925 hectares de povoamento e 358 hectares de mato (anexo I).

Os incêndios florestais em 2013 afetaram maioritariamente zonas ocupadas por matos, à semelhança do que se tem verificado na maioria dos anos anteriores (com exceção dos anos de 2003 e 2005).

A distribuição das áreas ardidas em Portugal Continental é apresentada na Figura 1.

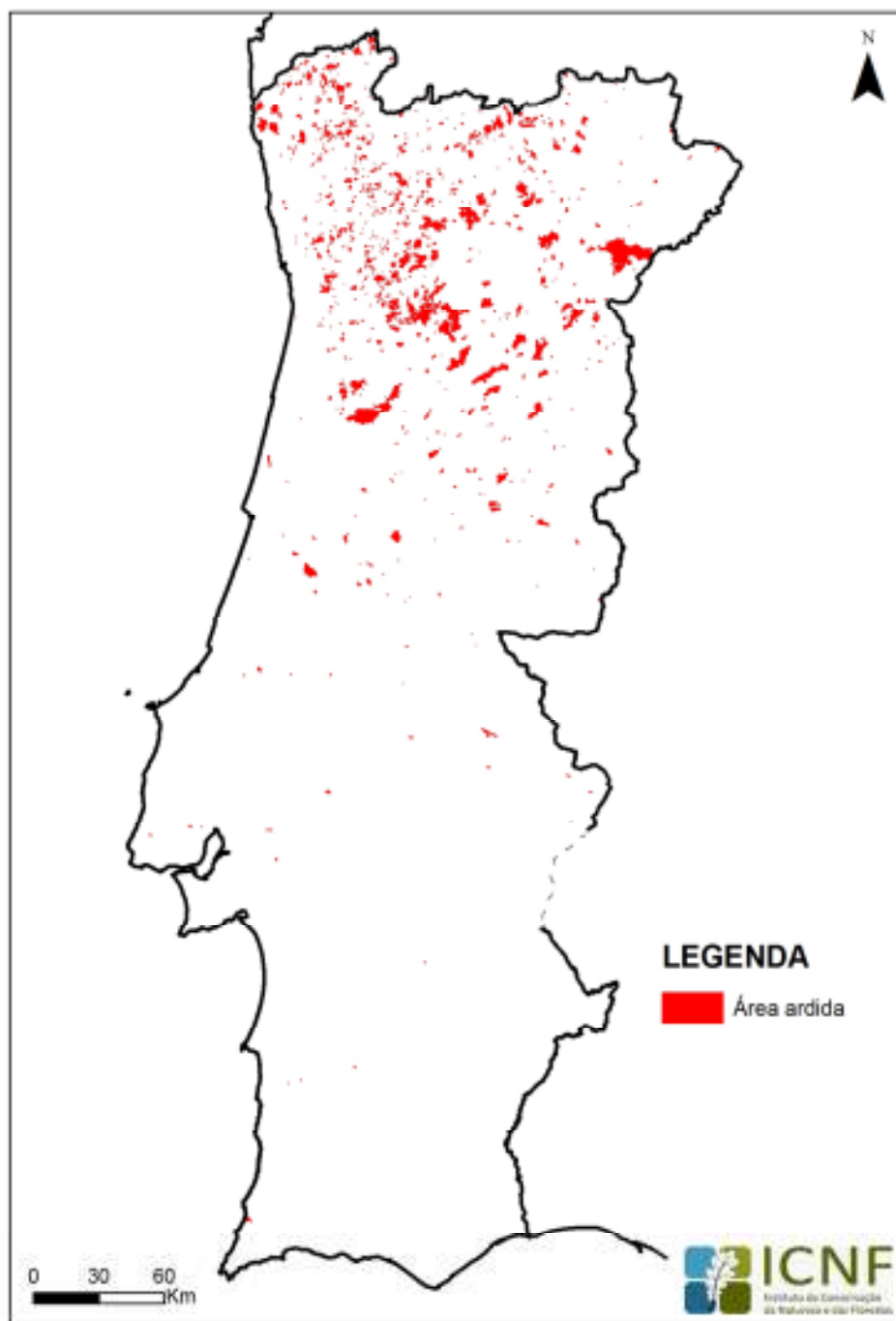


Figura 1 – Cartografia das áreas ardidas em Portugal Continental em 2013 (Fonte: ICNF; EFFIS/JRC2013 e GMV)

Tendo em consideração os valores anuais de ocorrências e área ardida entre 2003 e 2013 é possível destacar os anos de 2003 e 2005 como *outliers* por serem anos onde se registaram valores díspares nos parâmetros, sendo que 2005 apresenta o maior número de ocorrências do período analisado, e ainda os anos de 2007 e 2008, por registarem valores de área ardida significativamente inferiores aos restantes (Figura 2).

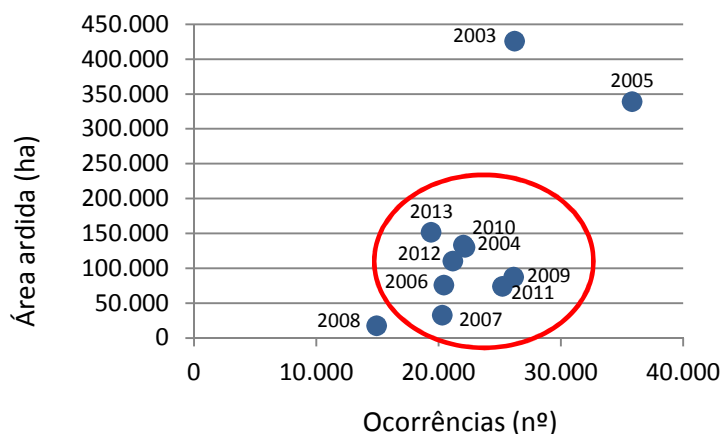


Figura 2 – Distribuição anual do número de ocorrências e área ardida (2003-2013)

O ano de 2013 é o terceiro, do período analisado, com maior área ardida.

O distrito do Porto registou mais de 6 mil ocorrências mantendo-se, historicamente, como o distrito com maior número de ocorrências (maioritariamente fogachos, 88%), seguindo-se Braga e Viseu, o primeiro com 2.064 e o segundo com 1.930 ocorrências registadas (Quadro 2).

As estatísticas de 2013 compreendem 2.273 reacendimentos registados, os quais representam 12% do total das ocorrências.

O distrito de Viseu é o que regista maior área ardida de espaços florestais, com 42.009 hectares de superfície queimada. Cerca de 23% desta área ardida resultou da sequência dos 3 grandes incêndios que afetaram a Serra do Caramulo entre 20 de agosto e 02 de setembro e que consumiram ao todo 9.709 hectares de espaços florestais (7.707ha de povoamentos e 2.002ha de matos).

Os distritos de Bragança e Vila Real são, posteriormente a Viseu, os que registam valores de área ardida por distrito superiores a 20 mil hectares. No distrito de Bragança cerca de 61% da área ardida resultou de um único incêndio, designado por Incêndio de Picões, que consumiu 14.136 hectares no período de 8 a 12 de julho.

Quadro 2 – Número de incêndios florestais e área ardida, por distrito, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013

Distrito	Ocorrências			Ocorrências resultantes de Reacendimentos	Área ardida (hectares)		
	Incêndios Florestais	Fogachos (Área <1ha)	Total		Povoamentos	Matos	Espaço Florestal
Aveiro	155	1.214	1.369	307	2.503	721	3.224
Beja	22	38	60	0	460	117	577
Braga	655	1.409	2.064	249	4.083	7.942	12.025
Bragança	194	251	445	20	5.106	17.991	23.097
Castelo Branco	47	308	355	3	1.616	1.503	3.119
Coimbra	48	644	692	36	2.037	1.147	3.184
Évora	29	6	35	0	242	49	291
Faro	17	233	250	1	18	512	530
Guarda	213	223	436	30	2.683	7.135	9.818
Leiria	48	293	341	23	498	1.831	2.329
Lisboa	183	1.009	1.192	1	137	767	904
Portalegre	23	49	72	0	694	94	788
Porto	720	5.312	6.032	574	5.924	8.163	14.087
Santarém	49	320	369	1	484	152	636
Setúbal	38	582	620	11	240	240	480
Viana do Castelo	504	1.272	1.776	432	3.347	9.104	12.451
Vila Real	446	807	1.253	184	9.449	13.760	23.209
Viseu	454	1.476	1.930	401	16.152	25.857	42.009
TOTAL	3.845	15.446	19.291	2.273	55.673	97.085	152.758

Na relação distrital da área ardida/número de ocorrências, visível na figura 3, há dois distritos que se destacam visivelmente como *outliers* devido à elevada área ardida. O primeiro é Viseu (resultante da concentração de grandes incêndios nas serras do Caramulo, Leomil e Montemuro) e o segundo é o Porto, em virtude do elevado número de ocorrências (Figura 3).

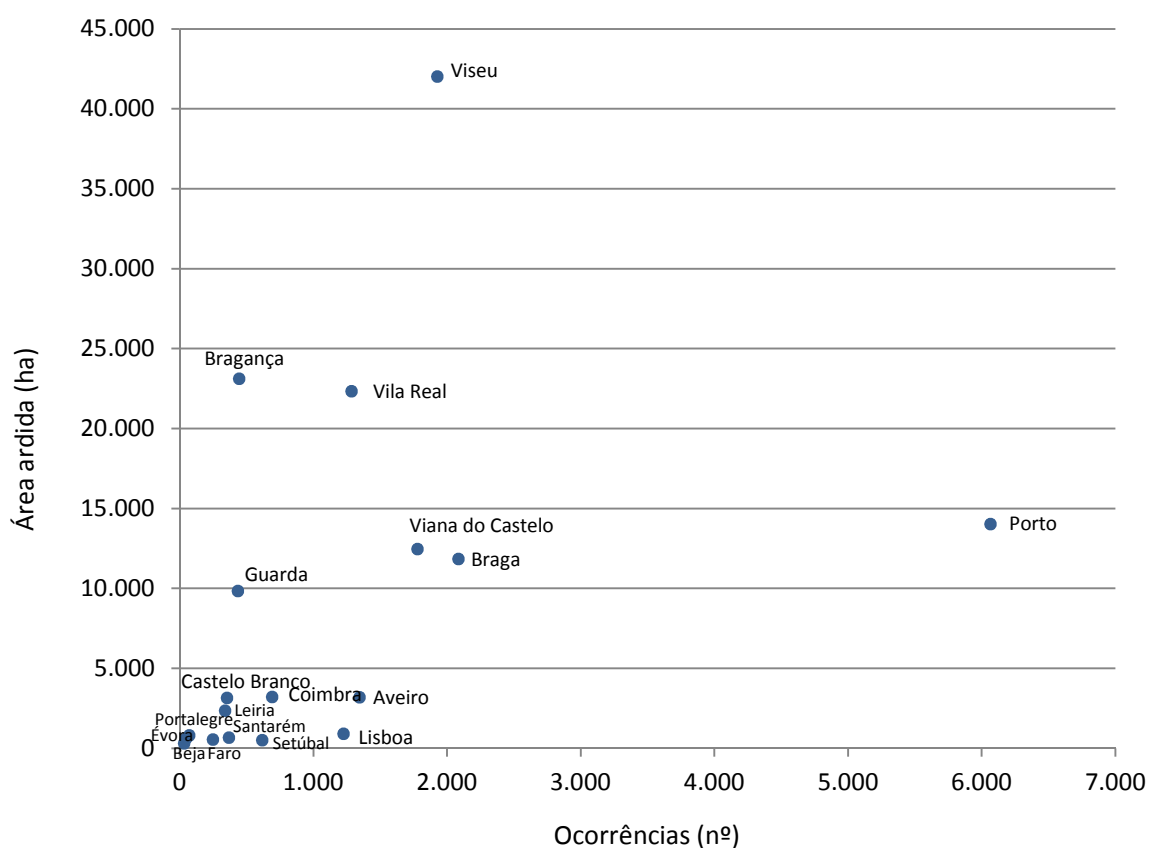


Figura 3 – Distribuição distrital do número de ocorrências e área ardida em 2013

Tendo por base os resultados preliminares do 6º inventário florestal nacional e a cartografia provisória dos perímetros das áreas ardidas em 2013, é possível estimar a superfície ardida segundo a ocupação florestal. Desde 2001 que o pinhal-bravo e o eucaliptal são as duas ocupações mais afetadas anualmente pelos incêndios, representando, no ano de 2013, respetivamente, 41,5% e 40,1% do total da área de povoamentos florestais ardidos (Figura 4).

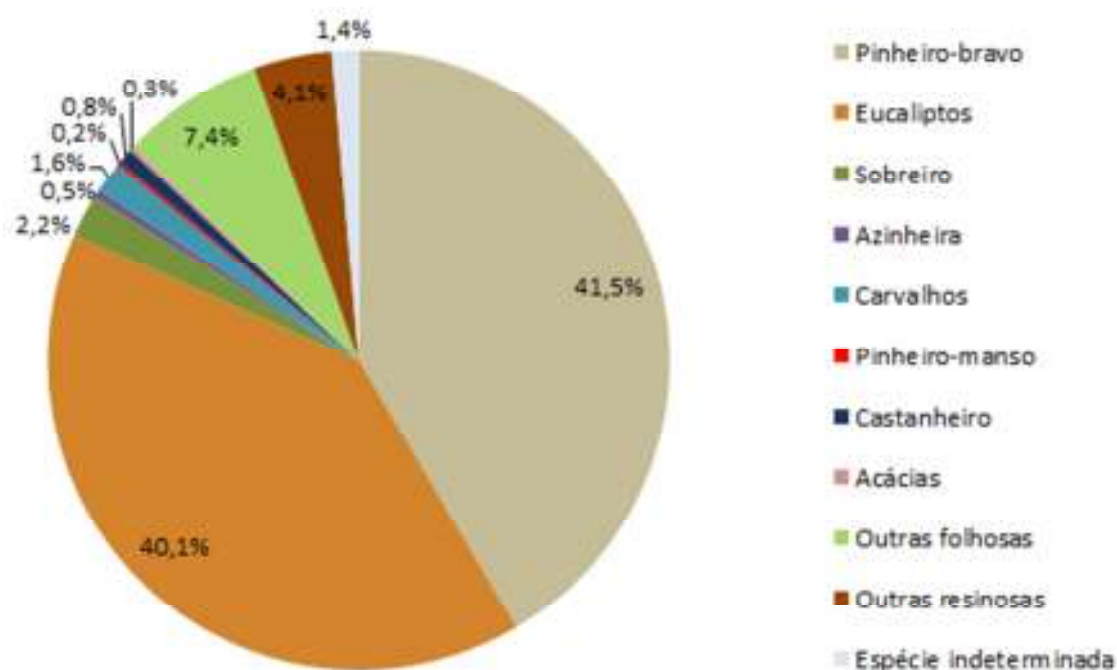


Figura 4 – Percentagem de área ardida por espécie florestal em 2013

As taxas de incidência¹ nas principais ocupações florestais do Continente são:

- Pinhal-bravo: 2,2%;
- Eucaliptal: 1,9%;
- Montado de sobreiro e sobreirais: 0,1%.

2.2. Nível de cumprimento das metas definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

De acordo com as análises estatísticas do número de ocorrências e áreas ardidas, registadas até ao final de 2013, é possível fazer uma avaliação de algumas metas operacionais previstas no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI). Nomeadamente:

1. Diminuição significativa do número de incêndios com área ardida superior a 1 hectare – Em 2013 registaram-se 3.845 incêndios florestais (área ≥ 1ha) correspondendo a 20% do total de ocorrências registadas (19.291), traduzindo-se numa redução de 19,3% face à média decenal e de 13,1% face ao ano de 2012, cumprindo-se a meta da diminuição do número de incêndios florestais;

¹ Calculada como a percentagem de área de povoamentos de cada espécie percorrida por incêndio em 2013 face à área total de povoamentos por ela ocupada, ao nível do Continente.

2. Eliminação de incêndios com área superior a 1.000 hectares – Registaram-se 26 ocorrências cuja área ardida superou os 1.000 hectares, pelo que, esta meta não foi alcançada em 2013. Os incêndios inseridos nesta categoria justificam aproximadamente 44% do total de área ardida. Desde 2006 que uma das metas definidas no PNDFCI é a eliminação de incêndios com área ardida superior a 1000 hectares, meta essa que foi cumprida apenas no ano de 2008 (Figura 5);

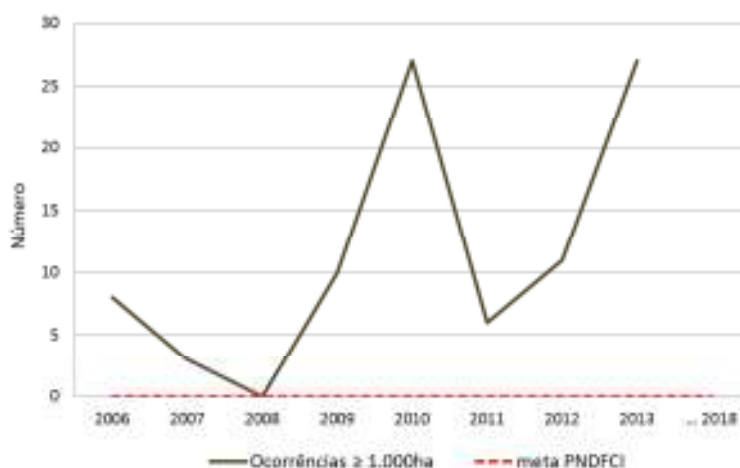


Figura 5 – Evolução do número de ocorrências com área ardida superior a 1 000 hectares, desde 2006

3. Redução do número de reacendimentos a menos de 0,5% do total de ocorrências – Foram registados 2.273 reacendimentos, que representam aproximadamente 12% do total de ocorrências, pelo que esta meta não foi atingida no ano em análise. Uma das metas definida no PNDFCI foi que o número de reacendimentos entre 2006 e 2012 fosse inferior a 1% do total de ocorrências e que entre 2013 e 2018 não ultrapassasse 0,5% do total de ocorrências. Desde 2006 essa meta foi sempre ultrapassada (Figura 6);

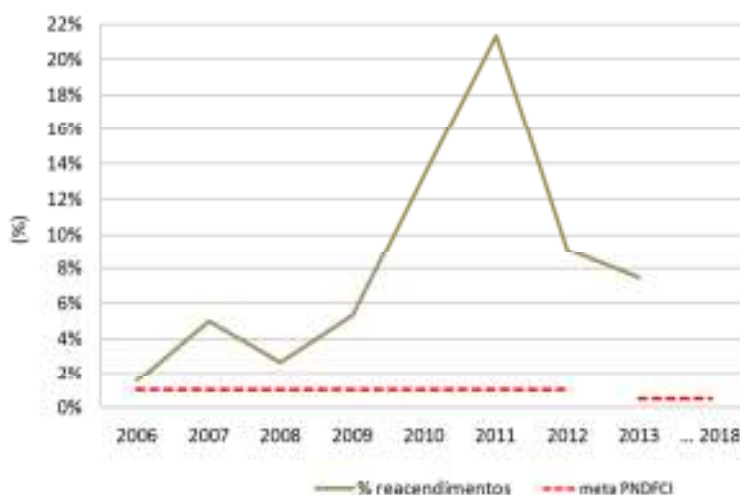


Figura 6 – Evolução da percentagem de ocorrências que resultou em reacendimentos, desde 2006

4. Redução da área ardida de povoamento a menos de 0,8% da área nacional de povoamento (aprox. 25.240ha) entre 2013 e 2018 – Em 2013 arderam 55.673 hectares de povoamentos, ou seja, aproximadamente 2,2% da área nacional de povoamento, não se cumprindo a meta estipulada no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios neste âmbito. Entre 2006 e 2012 a meta estipulada para a área ardida foi de que a mesma não ultrapassasse os 100 mil hectares/ano. A partir de 2013 a meta definida para este parâmetro é de que a área ardida de povoamento seja inferior a 0,8% da área nacional de povoamento. Desde a entrada do PNDFCI, em 2006, esta meta foi cumprida em quase todos os anos, com exceção para os anos 2010, 2012 e 2013 (Figura 7);

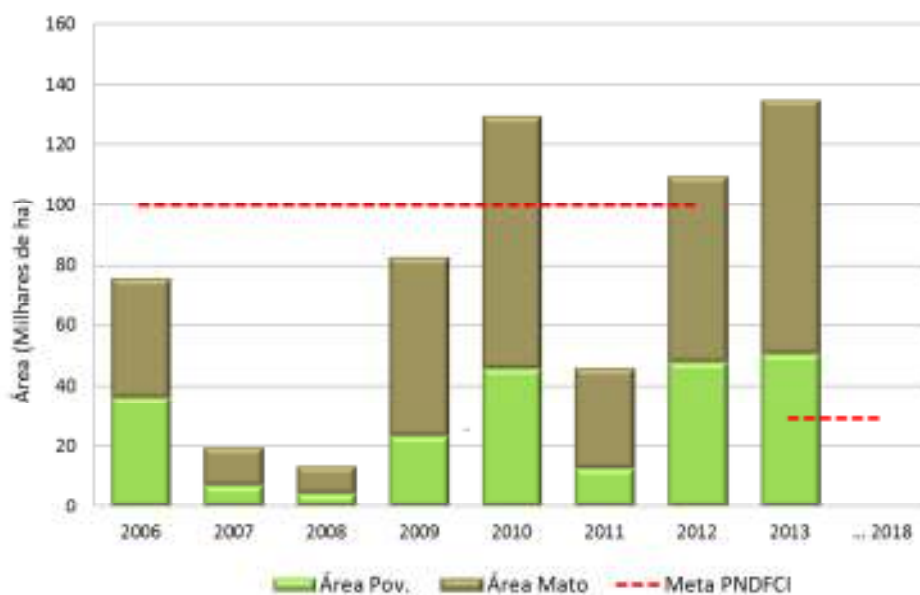


Figura 7 – Evolução da área ardida, entre povoamento e mato, em Portugal Continental desde 2006

5. Redução a menos de 75 o número de incêndios ativos com duração superior a 24 horas – registaram-se 157 ocorrências com duração superior a 24h em 2013, pelo que, a meta não foi cumprida. Desde 2006 a meta estipulada para o número de ocorrências com duração superior a 24h foi cumprida em 2007, 2008 e 2012 (a meta estabelecida para o período de 2006 a 2012 foi de menos de 150 ocorrências e a partir de 2013 e até 2018 a menos de 75 ocorrências), Figura 8.

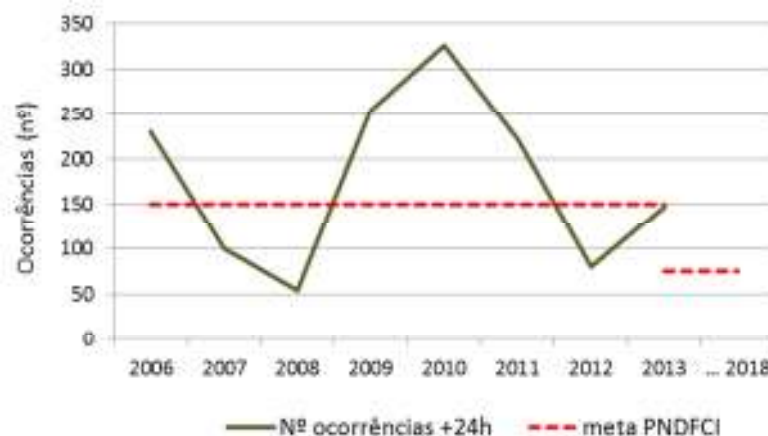


Figura 8 – Evolução do número de ocorrências com duração superior a 24 horas, desde 2006

2.3. Informação meteorológica

Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) o inverno 2012/2013 caracterizou-se por valores médios da quantidade de precipitação e da temperatura média do ar inferiores aos normais. No mês de janeiro ocorreu um processo de ciclogénese explosiva que originou ventos muito fortes ou excecionalmente fortes em especial nas regiões Centro e Sul nos dias 18 e 19. Este episódio, conjugado com fortes nevões ocorridos em todas as regiões montanhosas do norte e centro interiores, aumentou a quantidade de combustíveis mortos, devido ao derrube de grande quantidade de árvores.

No final do mês de fevereiro registaram-se ondas de frio em vários pontos do país com durações de seis a sete dias (Alcobaça, Mértola, Alcácer do Sal).

A primavera de 2013 caraterizou-se como a mais fria desde 1993, com uma temperatura média inferior ao valor normal em cerca de 0,43°C. O mês de março de 2013 foi considerado o segundo mais chuvoso, em Portugal Continental, dos últimos 50 anos e o mês de maio registou os valores de temperatura média mais baixos dos últimos 20 anos.

O verão de 2013 classificou-se como seco a extremamente seco em todo o território com valores médios da temperatura média do ar superiores ao valor normal (em cerca de 0,71°C) e por valores médios da quantidade de precipitação inferiores.

O trimestre setembro-novembro registou valores de temperatura média acima do valor normal e valores médios da quantidade de precipitação inferiores, classificando-se o outono de 2013 como normal a seco em todo o território.

Entre junho e setembro registaram-se, segundo o IPMA, 4 ondas de calor. A primeira registou-se entre 22 e 30 de junho na região centro, com uma taxa de incidência de grandes incêndios nesta região de 4%. A segunda decorreu entre 3 e 13 de julho na região de Trás-os-Montes, onde incidiram 7% dos grandes incêndios registados nos distritos de Bragança e Vila Real, nomeadamente, o grande incêndio florestal (GIF) de Alfândega da Fé (com início a 9 de julho) que consumiu 13 706 hectares de espaços florestais. Entre 9 e 15 de agosto na Guarda, Montalegre e Mirandela registou-se a terceira onda de calor tendo incidido nos respetivos distritos 10% dos grandes incêndios. No período de 26 de agosto a 3 de setembro no Porto registou-se a quarta onda de calor com uma taxa de incidência de grandes incêndios de 75%. A sequência de acontecimentos que afetaram a Serra do Caramulo, com a ocorrência de três grandes incêndios, decorreu entre 20 de agosto e 02 de setembro nos distritos de Viseu e Aveiro, ou seja, fora da influência de qualquer onda de calor.

A evolução cumulativa do índice de severidade diário (DSR), anualmente desde 2003, permite classificar o ano de 2013 como o quarto ano mais gravoso desde 2003, ultrapassado pelos anos 2005, 2009 e 2012 (Figura 9).

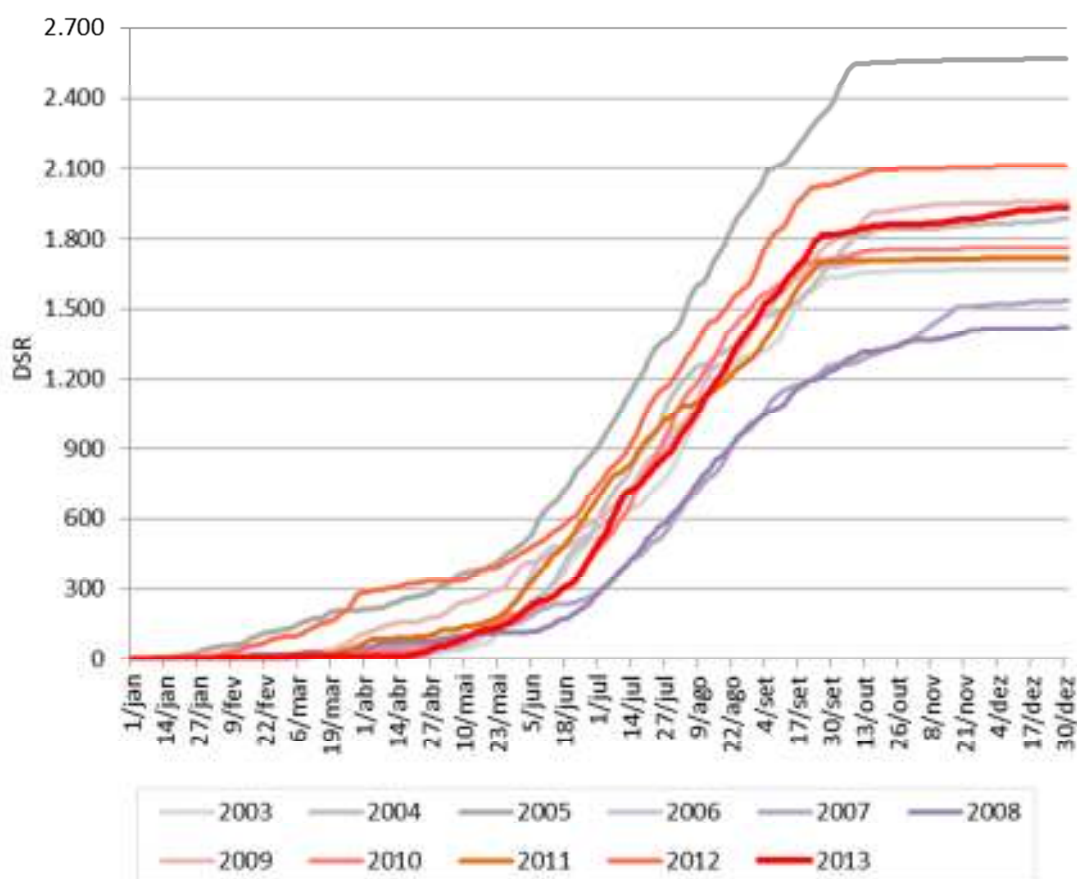


Figura 9 – Evolução do índice de severidade diário (DSR) entre 2003 e 2013

As reduzidas temperaturas dos primeiros meses do ano, acrescido ao mês de março mais chuvoso dos últimos 50 anos, terão contribuído para os baixos valores de DSR até meados de abril, podendo considerar-se a primavera de 2013 como uma das menos severas dos últimos 10 anos. No entanto, o aumento considerável deste índice, em especial a partir de junho e até meados de setembro, fê-lo atingir valores de DSR consideráveis.

O Quadro 3 e a Figura 10 apresentam a distribuição mensal do número de ocorrências e reacendimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

A distribuição temporal dos incêndios florestais em Portugal Continental é claramente sazonal, de marcada influência mediterrânica, concentrando-se o maior número de ocorrências e área ardida de julho a setembro. Neste período, coincidente com a fase de maior empenhamento de meios do dispositivo de prevenção operacional e combate aos incêndios florestais, contabilizaram-se 75% do total de ocorrências e 95% da área ardida.

Quadro 3 – Distribuição mensal do número de ocorrências e reacendimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013

Meses	Ocorrências			Reacendimentos		
	2013			Média 2003-2012	2013	Média 2003-2012
	Incêndios Florestais	Fogachos (Área < 1ha)	Total			
Janeiro	0	16	16	224	0	2
Fevereiro	7	79	86	1.041	0	23
Março	41	147	188	1.683	1	75
Abril	178	515	693	879	11	39
Maio	108	740	848	1.011	25	36
Junho	223	1.480	1.703	2.221	116	149
Julho	379	2.759	3.138	4.127	321	320
Agosto	1.499	5.179	6.678	5.468	881	441
Setembro	1.029	3.681	4.710	3.728	885	223
Outubro	72	262	334	2.165	1	158
Novembro	155	229	384	721	11	24
Dezembro	154	359	513	178	21	1
TOTAL	3.845	15.446	19.291	23.446	2.273	1.491

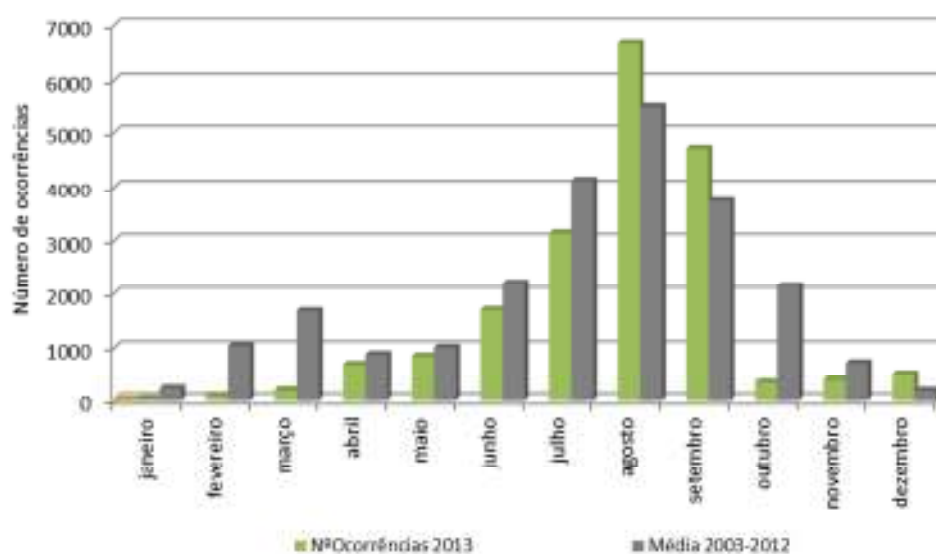


Figura 10 – Sazonalidade das ocorrências

Em termos da área ardida mensal são notórios os valores elevados nos meses de agosto e setembro, quando comparados com as respectivas médias mensais do período 2003-2012. O mês de agosto representa 65% do total da área ardida em 2013, como se depreende da leitura do Quadro 4 e da Figura 11.

Quadro 4 – Distribuição mensal das áreas ardidas, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013

Meses	Área Ardida (ha)			Média 2003-2012
	2013			
	Povoamentos	Matos	Total	
Janeiro	1	0	1	245
Fevereiro	2	34	36	2.123
Março	34	206	240	5.033
Abril	651	728	1.379	1.107
Maio	538	395	933	997
Junho	935	989	1.924	5.556
Julho	4887	14.776	19.663	31.640
Agosto	38.848	60.348	99.196	71.657
Setembro	8.990	16.884	25.874	16.452
Outubro	36	457	493	6.552
Novembro	301	1.055	1.356	1.071
Dezembro	450	1.213	1.663	149
TOTAL	55.673	97.085	152.758	142.582

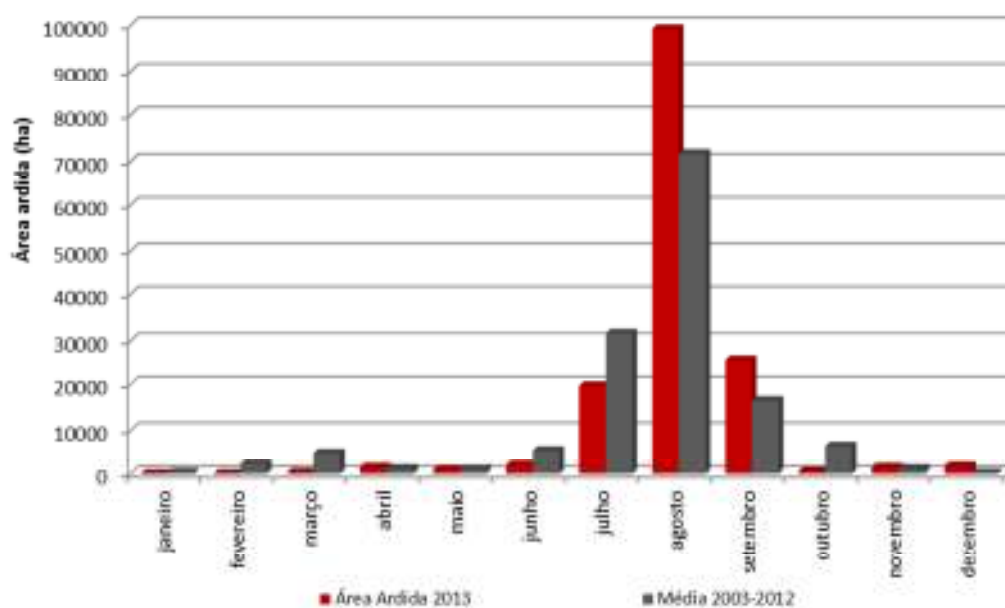


Figura 11 – Sazonalidade das áreas ardidas

O índice meteorológico de risco de incêndio florestal (FWI), que é calculado diariamente pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), permite estimar um risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal (determinado indiretamente através das observações de elementos meteorológicos).

A análise do risco de incêndio durante o ano de 2013 demonstra que no período de junho a setembro se registaram os valores mais elevados do risco de incêndio - FWI (Figura 12).

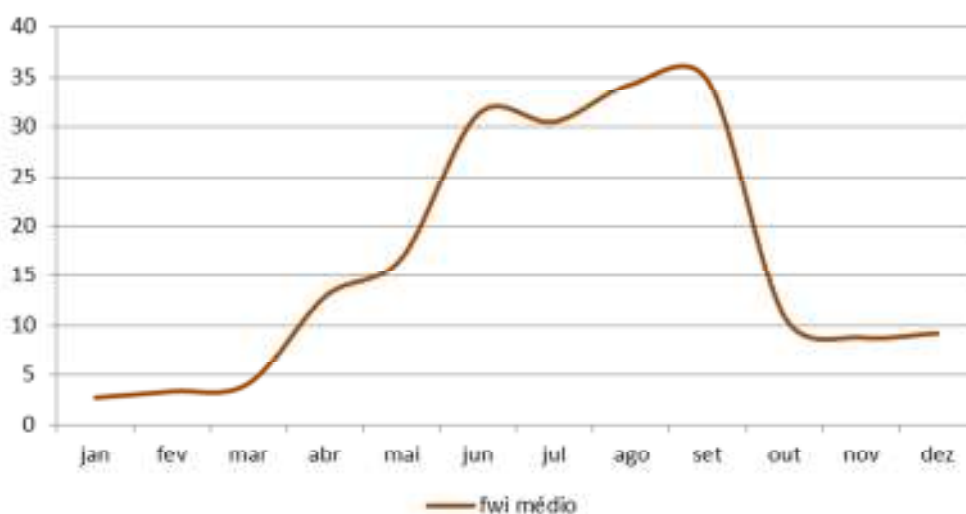


Figura 12 – Evolução do FWI médio mensal em 2013

2.4. Custos com a prevenção e a extinção

No ano de 2013 e considerando unicamente as despesas custeadas no âmbito da Administração Pública, apurou-se um custo total no âmbito da prevenção e extinção dos incêndios florestais de € 110 825 330 dos quais € 28.880.529 no âmbito da prevenção estrutural e € 81.944.801 com a extinção.

A despesa efetuada com a prevenção estrutural na defesa da floresta contra incêndios resultou das três componentes principais (Quadro 5):

- Planeamento, com um total de 4,6 M€ associado a despesas de contratação de serviços pelo ICNF e ao funcionamento dos gabinetes técnicos florestais municipais (subvencionado pelo Fundo Florestal Permanente);
- Dispositivo, com um total de 7,3 M€ relativos a custos com o apoio ao funcionamento das Equipas de Sapadores Florestais e contratação de Equipas do Grupo de Análise e Utilizadores de Fogo (GAUF);
- Infraestruturação, com um total de 17,0 M€ relativos a investimento executado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer).

Quadro 5 – Custos com a Prevenção Estrutural em 2013

Ano	Custos com a prevenção estrutural (€)			
	Planeamento	Dispositivo	Infraestruturação	Total
2013	4.584.002	7.303.670	16.992.857	28.880.529

3. INFORMAÇÃO OPERACIONAL

3.1. Dispositivo operacional envolvido nas ações de combate

No âmbito do combate aos incêndios registados em espaços florestais estiveram envolvidos 381.347 operacionais, cerca de 101.130 meios terrestres e houve 6.022 missões com meios aéreos. O distrito do Porto foi o que contou com o apoio de maior número de operacionais (59.975) ao passo que, o distrito de Viseu foi aquele que registou maior número de missões aéreas. O maior empenhamento de meios terrestres envolvidos nas operações de extinção dos incêndios ocorreu igualmente no distrito do Porto (Anexo II).

O empenhamento operacional dos meios aéreos entre 15 de maio e 15 de outubro foi o constante no quadro 6.

Quadro 6 - Empenhamento dos meios aéreos entre 15 de maio e 15 de outubro de 2013

Meio aéreo	15 de maio a 15 de outubro de 2013				
	Nº missões	Nº missões com atuação	Não dominados	Média de despacho de descolagem	Média de chegada ao TO
Helis em ataque inicial	5.330	3.683	304	00:05	0:08
Helis Kamov em ataque ampliado	332	313	174	00:23	00:21
Aviões Airtractor em ataque ampliado	360	353	106	00:16	0:23
Total	6.022	4.349	584		

Das 6.022 ativações dos meios aéreos houve atuação em 4.349 missões, das quais 584 não ficaram dominadas. Apesar do elevado número de ignições registado nalguns períodos, os tempos médios de despacho e chegada dos meios aéreos aos teatros de operações mantiveram-se face a 2012.

3.2. Número de dias por nível de alerta

Com base no quadro meteorológico traçado pelo IPMA conjugado com a monitorização diária da situação operacional em termos de número de incêndios e níveis de esforço do dispositivo, a ANPC decretou, através dos respetivos Comunicados Técnicos Operacionais, 32 dias de estado de alerta especial de nível amarelo e 14 dias de nível alerta laranja, sendo que em 2013 e durante 27 dias consecutivos, entre 09 de agosto e 04 de setembro, vigorou um período contínuo de estado de alerta especial do DECIF, de nível amarelo ou superior (Figura 13).

A entrada e permanência em estados de alerta de nível amarelo ou superior implicam a ativação e prontidão das equipas de sapadores florestais em vigilância armada.

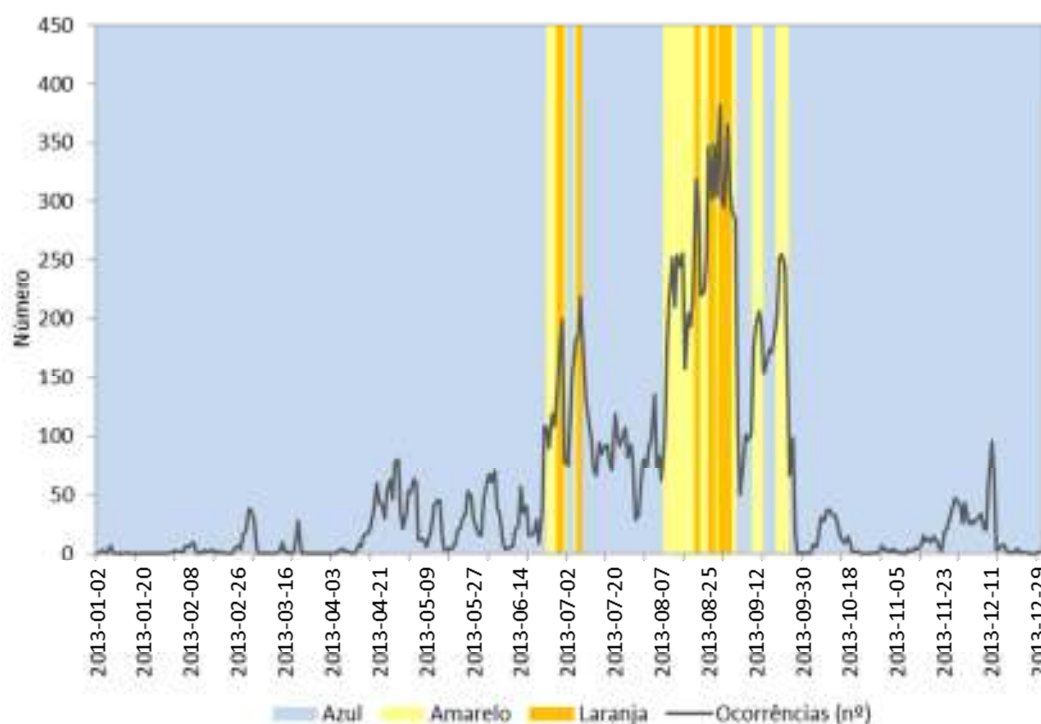


Figura 13 – Dias de nível de alerta azul, amarelo ou laranja, decretados pela ANPC, e respectivo número de ocorrências diário em 2013

3.3. Número de ocorrências por risco de incêndio e por distrito

O índice FWI do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal é um indicador relativo da intensidade do fogo, determinada pelas condições meteorológicas e estado de secura da vegetação.

A intensidade do fogo condiciona a possibilidade de controlo e extinção do mesmo. Assim, a classificação de perigo de incêndio, baseada no FWI, reflete o grau de dificuldade das operações de combate direto caso o fogo ocorra. Consideram-se cinco classes de perigosidade: *reduzida*, *moderada*, *elevada*, *muito elevada* e *máxima*.

Da distribuição do número de ocorrências por classe de perigosidade resulta que 60% ocorreram nas duas classes de maior perigo de incêndio (*Muito elevado* e *Máximo*). A classe de perigosidade *muito elevada* é a que concentra maior número de ocorrências de incêndio (37,4%). Em dias de perigosidade máxima registaram-se 4.404 ocorrências, quase 23 % do total (Figura 14).

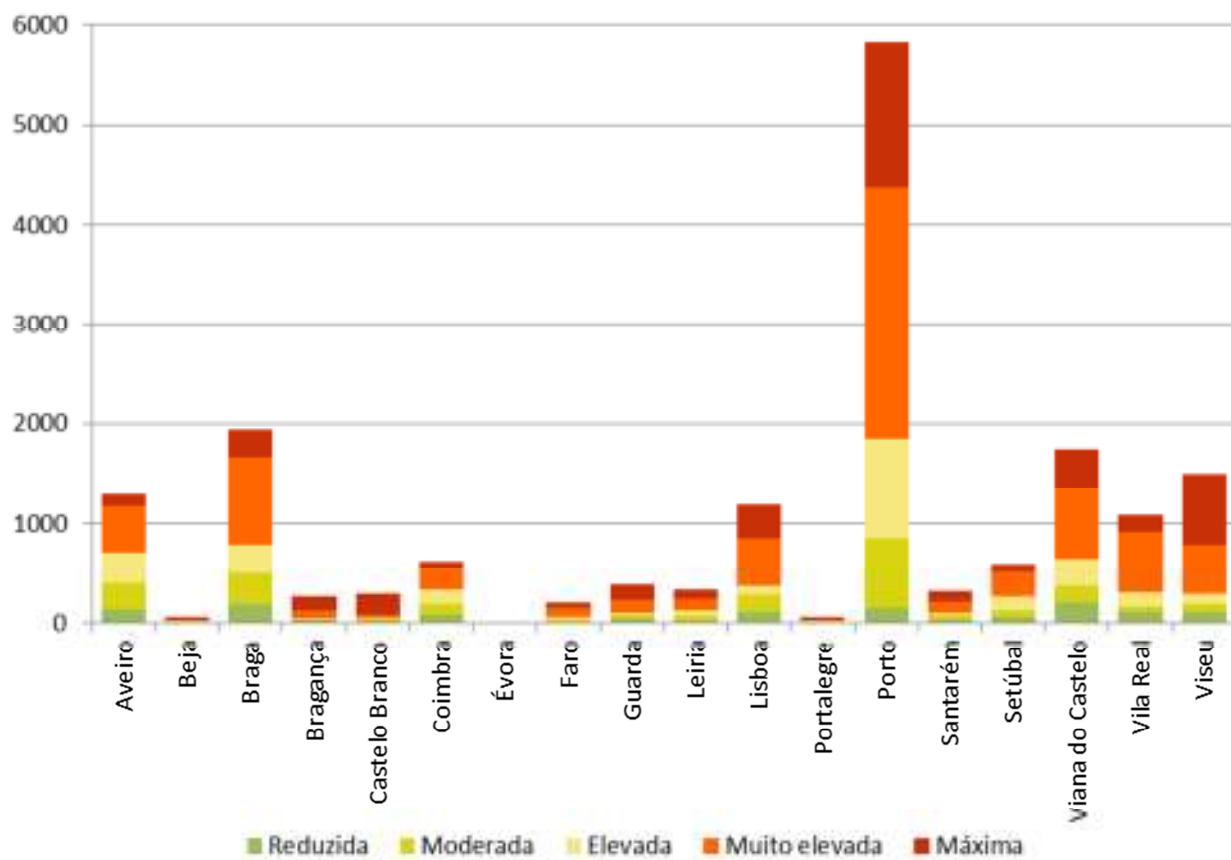


Figura 14 – Distribuição do número de ocorrências por distrito e classe de perigosidade de incêndio em 2013

3.4. Número de ocorrências por período horário

Cerca de 64% das ocorrências registadas em 2013 tiveram início entre as 08h e as 20h, em detrimento dos restantes 36% que deflagraram entre as 20h e as 8h.

A evolução horária do número de ocorrências está visível na figura 15.

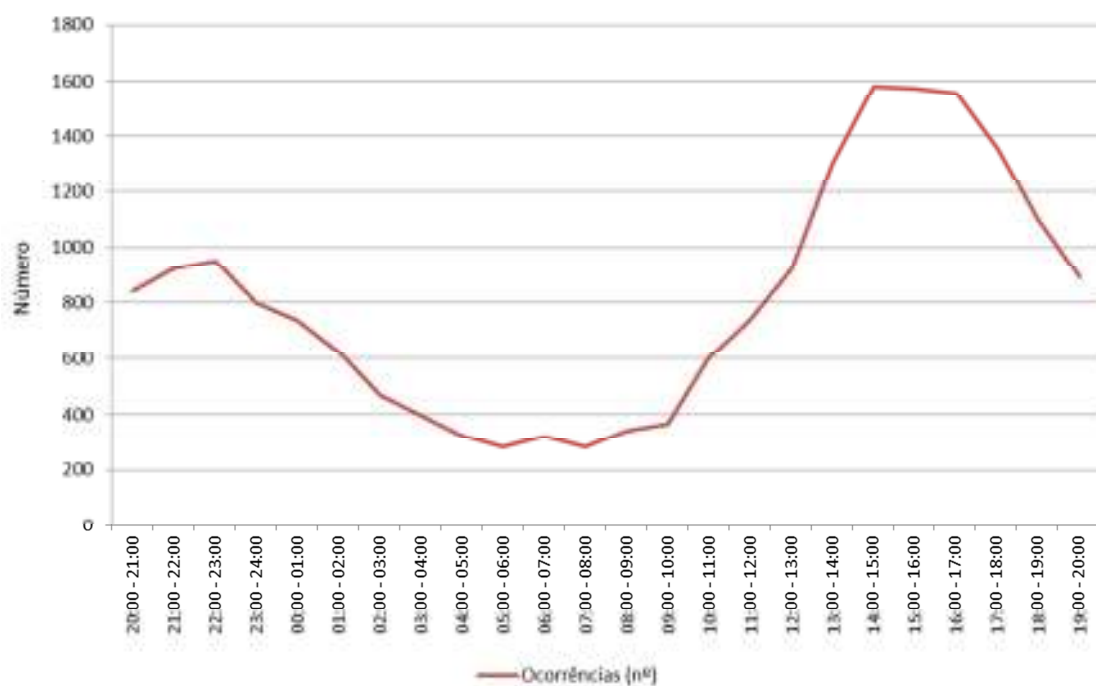


Figura 15 – Evolução horária do número de ocorrências

3.5. Duração média dos incêndios

No quadro seguinte encontra-se espelhada a evolução do número de ocorrências por períodos de duração dos incêndios² de acordo com a informação constante na base de dados do sistema de gestão de incêndios florestais - SGIF. Nesse âmbito, cerca de 4% do total de ocorrências tiveram uma duração inferior a 30 minutos e 43% foram extintas nos primeiros 90 minutos. Permaneceram ativas durante mais de 24 horas 157 ocorrências de incêndios florestais (Quadro 7).

Quadro 7 – Número de ocorrências por período de duração dos incêndios, em 2013.

Duração	<30min	30 min-1h	1h-1,5h	1,5h-2h	2h-4h	4h-6h	6h-12h	12h-18h	18h-24h
Ocorrências (nº)	707	3.533	4.052	3.057	5.713	1.118	730	157	67

1-2 dias	2-3 dias	3-4 dias	4-5 dias	5-6 dias	6-10 dias	>=10 dias	TOTAL
113	16	8	2	2	2	14	19.291

Fonte: SGIF

² Duração do incêndio corresponde à diferença entre a data/hora de alerta e a data/hora da extinção (data e hora de saída do último recurso do teatro de operações, ou seja, inclui as fases: 1ª intervenção, dominado, rescaldo e vigilância pós incêndio)

3.6. Mobilização de companhias e de grupos de reforço a incêndios florestais

No ano em referência e face ao elevado número de incêndios, a sua concentração espacial e temporal não propiciaram a mobilização de companhias de reforço, mas sim a mobilização individualizada de grupos de reforço para combate a incêndios florestais (GRIF) de forma a ocorrer às várias situações que requeriam reforço de meios. Uma das inovações no DECIF2013 em matéria de meios de reforço foi a contratualização de 09 grupos de reforço para ataque ampliado (GRUATA), como necessidade de estabelecer um dispositivo permanente, à ordem do Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), para intervenção estruturada em ataque ampliado.

Esta contratualização, sob a forma de protocolo estabelecido entre a ANPC e as Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (CB), ocorreu ao abrigo da Lei nº 32/2007, de 13 de agosto, através das entidades detentoras dos corpos de bombeiros, garantido os meios necessários à sustentação destes GRUATA. As capacidades modulares de comando e intervenção dos GRUATA, associadas ao conjunto de premissas, nas áreas da formação e treino, características dos equipamentos, autonomia e capacidade de reação, foram os requisitos exigidos para a garantia de uma intervenção de alto nível em ataque ampliado. Assim, em 2013, registaram-se 221 mobilizações de grupos de reforço das quais 84 corresponderam à mobilização dos GRUATA e 137 corresponderam à mobilização de GRIF. Houve ainda lugar à mobilização de 28 equipas de posto de comando ao nível distrital e de agrupamento distrital, para reforço ou refrescamento da capacidade de comando e controle das operações. Foram ainda efetuadas 276 mobilizações de máquinas de rasto.

No âmbito da colaboração com as Forças Armadas e em particular no que diz respeito às missões no âmbito do Plano Lira, foram empenhados 58 pelotões militares [1.219 militares] e 178 viaturas para ações de rescaldo e vigilância após-incêndio e 15 destacamentos de engenharia com respetiva máquina de rasto para operações de consolidação de perímetro dos incêndios. Ainda no âmbito desta colaboração as Forças Armadas disponibilizaram um efetivo que permitiu 760 intervenções de pelotões militares no âmbito de um conjunto de missões de patrulhamento e vigilância em áreas florestais de maior valor, tais como áreas florestais sob gestão do estado e parques naturais e áreas de paisagem protegida.

3.7. Força Especial de Bombeiros, Grupo de Intervenção Proteção e Socorro e Grupo de Análise e Uso do Fogo

O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Unidade de Intervenção da Guarda Nacional Republicana no âmbito dos incêndios florestais foi composto, em 2013, por 22 equipas helitransportadas, 71 equipas terrestres de combate, 650 militares e 71 veículos. As equipas helitransportadas estiveram presentes em 4.576 missões (3.955 em ataque inicial e nas restantes 621 em ataque ampliado). As equipas terrestres do GIPS

da GNR deram apoio no âmbito do combate em 630 ocorrências com o empenhamento de 1.236 equipas (Quadro 8).

Quadro 8 – Empenhamento das equipas do GIPS da GNR no combate aos incêndios florestais em 2013

Equipas	Dispositivo (nº)	Número de missões
Equipas helitransportadas	22	4.576
Equipas terrestres de combate	71	630
Militares	650	-
Veículos	71	-

Fonte: GNR

A Força Especial de Bombeiros (FEB), unidade da ANPC, tem como missão responder, com elevado grau de prontidão, às solicitações de emergência de proteção e socorro, a ações de prevenção e combate em cenários de incêndios, acidentes graves e catástrofes no território nacional. Esta Força esteve presente em 2.032 missões de apoio no âmbito do combate aos incêndios florestais em ataque inicial (ATI) ou ampliado (ATA) (Quadro 9) e em 628 missões de apoio no âmbito da vigilância, reconhecimento e aos postos de comando (Quadro 10).

Quadro 9 – Empenhamento das equipas da FEB no combate aos incêndios florestais em 2013

Equipas	Número de missões
Equipas helitransportadas em ATI	1.307
Equipas helitransportadas em ATA	180
Equipas terrestres em ATI	335
Equipas terrestres em ATA	157
GRUATA	53
TOTAIS	2.032

Fonte: ANPC

Quadro 10 – Restantes missões desenvolvidas pela FEB em 2013

Descrição da missão	Número de missões
Vigilância armada	132
Reconhecimento e avaliação da situação	8
Apoio aos Postos de Comando Operacional	4
Apoio às SALOC dos Comandos de Operações	484
TOTAIS	628

Fonte: ANPC

As equipas terrestres do Grupo de Análise e Uso do Fogo (GAUF), coordenadas pelo ICNF, têm como missão garantir apoio técnico à Autoridade Nacional de Proteção Civil nos diferentes níveis das estruturas de coordenação operacional em incêndios florestais com potencial de dano elevado, na fase de ataque ampliado e no apoio à gestão do fogo na proteção florestal.

No ano de 2013 foram constituídas 5 equipas GAUF que participaram no apoio ao combate em 68 ocorrências de incêndio contabilizando um total de 104 ativações. Estas equipas realizaram ainda ações de fogo controlado durante o mês de outubro, face à predominância de condições propícias ao uso dessa técnica de gestão de combustíveis, em quase 400 hectares.

Em virtude da reconhecida importância do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), face às características únicas do ponto de vista de espécies e habitats protegidos o mesmo foi objeto de um plano de operações específico designado Plano Operacional Nacional do Gerês (PONG), à semelhança dos anos anteriores, que contou com um dispositivo conjunto de defesa da floresta contra incêndios nos domínios da vigilância e primeira intervenção. Nesse âmbito, as equipas helitransportadas do GIPS estiveram presentes em 18 missões de ataque inicial e as equipas terrestres em 6 missões (4 no ataque inicial e 2 no ataque ampliado). A FEB efetuou, no âmbito desse plano específico, 11 missões terrestres de ATI e 05 missões terrestres de ATA.

No ano de 2013 o PNPG contou ainda com a instalação de um sistema de deteção automática de incêndios florestais e apoio à decisão, que terá sido responsável por 151 alertas confirmados de ignições (0,8% do total de ocorrências).

3.8. Formação ministrada

Na vertente do treino operacional foi dada continuidade a um conjunto de ações de treino, tendo como objetivo a melhoria do desempenho operacional em algumas áreas específicas onde, com base na avaliação do DECIF2012, se identificou necessidade de melhorias. Estas ações foram planeadas pelo CNOS e pelos CDOS e executadas por estes com a colaboração da FEB, durante o primeiro semestre de 2013, tendo sido levadas a cabo 134 ações de treino operacional com a participação direta de 2.860 formandos provenientes dos corpos de bombeiros e restantes forças integrantes do DECIF.

Estas ações de treino programadas visaram melhorar o desempenho nas seguintes áreas:

- a) Operador de ferramentas manuais;
- b) Operador de ferramentas mecânicas – motosserras;
- c) Organização das salas de operações e comunicações;
- d) Sistema de gestão de operações de nível I;
- e) Sistema de gestão de operações de nível II;
- f) Condução de veículos de intervenção;
- g) Utilização de máquinas de rasto em incêndios florestais;
- h) Comando e controlo de unidades de reforço;
- i) Sistema de gestão de operações aéreas.

3.9. Eficácia do ataque inicial (ATI) e do ataque ampliado (ATA)

O ATI consiste na intervenção de meios terrestres de combate a incêndios florestais, de forma musculada, organizada e integrada, até o mesmo ser considerado dominado pelo Comandante de Operações e Socorro (COS) ou até ao limite máximo de 90 minutos de intervenção desde o despacho do primeiro meio de ATI. Mediante avaliação e autorização prévias poderão ser acionados meios aéreos para apoio ao ATI.

A eficácia do ataque inicial e do ataque ampliado foi de 88% em ATI e 12% em ATA, esta última percentagem distribuída da seguinte forma:

- a) 8% - percentagem de ocorrências dominadas até às 3 horas de duração;
- b) 3% - percentagem de ocorrências dominadas com duração entre 3 e 6 horas;
- c) 1% - percentagem de ocorrências dominadas com mais de 6 horas de duração.

4. PREVENÇÃO ESTRUTURAL

4.1. Áreas intervencionadas

As atividades de prevenção estrutural induzem não só a um aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, mas também a uma mudança no comportamento da população, adotando uma atitude mais responsável e de maior respeito pelos espaços florestais.

No ano de 2013 foram intervencionados cerca de 34.445 hectares de gestão de matos em espaços florestais incluindo ações de fogo controlado. Foi ainda reportada a beneficiação de cerca de 825 pontos de água, de aproximadamente 7.454 quilómetros de rede viária e executados 4.196 hectares de rede primária de faixas de gestão de combustível.

4.2. Sapadores florestais e equipas operacionais do ICNF

A atividade operacional desenvolvida no âmbito das ações de apoio à supressão de incêndios (1ª intervenção, apoio ao combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio) pelas equipas de sapadores florestais (eSF) e pelas equipas do Corpo Nacional de Agentes Florestais (CNAF) do ICNF em 2013, até 15 de outubro, constam do quadro 11.

Nesse período estas equipas realizaram 3180 serviços, dos quais 905 no âmbito da primeira intervenção (28% da atividade operacional), 953 serviços no apoio ao combate (30% da atividade operacional), 1152 serviços de rescaldo (36% da atividade operacional) e 170 serviços de vigilância pós-rescaldo (5%) da atividade operacional).

Registaram-se ainda 647 mobilizações destas equipas sem intervenção (correspondem a deslocações das equipas por solicitação do CDOS, em que a equipa ou acaba por não fazer intervenção nalguns casos por se tratar de um falso alarme).

Da atividade operacional registada, 77% corresponde a serviços executados em nível de alerta amarelo ou laranja.

Os serviços prestados demonstram a disponibilidade e relevância das equipas na 1ª intervenção e apoio ao combate, assim como, a elevada capacidade de resposta sempre que requerida a sua intervenção, mesmo que o nível de alerta amarelo ou superior não tenha sido decretado.

Conforme se pode constatar pela leitura do quadro 13, os distritos que registaram maior atividade operacional foram Viana do Castelo (20,6% do total da atividade operacional), Porto (16,6% do total da atividade operacional) e Coimbra (13,6% do total da atividade operacional).

Quadro 11 – Número de serviços efetuados pelas equipas de Sapadores Florestais e CNAF, por Distrito, entre 1 de janeiro e 15 de outubro de 2013

Distrito	Número de ESF + CNAF	Número de serviços				Total	%
		Primeira intervenção	Apoio ao combate	Rescaldo	Vigilância pós incêndio		
Aveiro	9	54	51	70	0	175	5,5%
Beja	6	2	2	1	1	6	0,2%
Braga	15	58	83	88	2	231	7,3%
Bragança	11	15	24	8	16	63	2,0%
Castelo Branco	20	32	49	34	4	119	3,7%
Coimbra	27	113	124	147	49	433	13,6%
Évora	3	0	0	0	0	0	0,0%
Faro	9	7	6	7	2	22	0,7%
Guarda	28	29	33	41	6	109	3,4%
Leiria	15	14	18	26	13	71	2,2%
Lisboa	9	44	34	51	1	130	4,1%
Portalegre	13	12	10	9	0	31	1,0%
Porto	15	161	147	209	10	527	16,6%
Santarém	17	77	46	39	14	176	5,5%
Setúbal	1	0	0	0	0	0	0,0%
Viana do Castelo	23	192	178	273	13	656	20,6%
Vila Real	30	18	48	33	8	107	3,4%
Viseu	29	77	100	116	31	324	10,2%
TOTAL	280	905	953	1.152	170	3.180	100,0%
%		29%	30%	36%	5%	100%	

4.3. Formação ministrada

No âmbito do programa de sapadores florestais foram ministradas ações de formação, durante o ano de 2013, a grande parte dos elementos constantes nestas equipas. Os temas versaram essencialmente:

- Desenvolvimento de atividades de silvicultura preventiva;
- Condução de veículos e utilização de equipamento manual e motomanual;
- Prevenção de incêndios florestais e comportamento do fogo;
- Apoio ao fogo controlado;
- Sistema de gestão de operações em Incêndios Florestais;

- f) Utilização de ferramentas manuais e mecânicas em incêndios florestais;
- g) Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Grande parte das ações foi ministrada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), com quem o ICNF celebrou um protocolo de colaboração, sendo as restantes ministradas por entidades privadas acreditadas e pela Escola Nacional de Bombeiros (ENB).

No Centro de Operações e Técnicas Florestais (COTF) foram ministradas 37 ações de formação a sapadores florestais, técnicos dos gabinetes técnicos florestais e a agentes e/ou entidades do setor florestal.

4.4. Sensibilização

No ano de 2013 houve uma aposta no número de emissões de spots de televisão face ao ano transato. Estes spots foram transmitidos mais de 200 vezes nas televisões portuguesas (Figura 16).

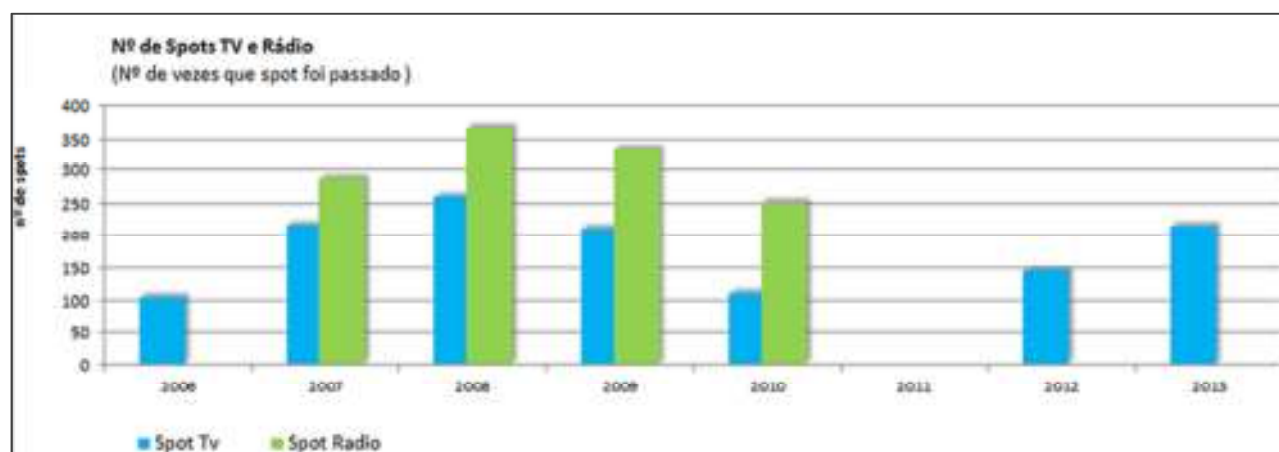


Figura 16 – Evolução do número de spots de televisão e rádio desde 2006

A GNR desenvolveu ainda um importante papel na vertente da sensibilização às populações, realizando 1.264 ações de sensibilização com a participação de 40.759 pessoas.

A Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito da defesa da floresta, realizou 636 ações de sensibilização, para um público de 7.515 pessoas, abordando as seguintes temáticas:

- a) Enquadramento legal e esclarecimentos sobre a prevenção e proteção das Florestas contra Incêndios;
- b) Cuidados a ter com a floresta e prevenção dos incêndios naqueles locais;

- c) Cuidados a ter no uso e manuseamento dos artefactos pirotécnicos (sendo que o licenciamento deste material é da competência da PSP)
- d) Como manter as florestas limpas;
- e) As queimadas nas Florestas;
- f) Cuidados a ter com os cigarros na Floresta;
- g) Na Floresta, desporto sim! Fumar não!;
- h) Medidas de prevenção durante o período crítico em espaço rural;
- i) Medidas de prevenção durante o período crítico em espaço florestal;
- j) Proteção de Habitações / Edificações;
- k) Ilícitos criminais e contraordenacionais;
- l) Prevenção dos Fogos Florestais e gestão das faixas de combustível

5. VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO

5.1. Rede Nacional de Postos de Vigia

Na Fase Bravo de 2013 (15 de maio a 30 de junho), foram ativados os 70 postos de vigia da rede primária (RNPV) em horário diurno e neles prestaram serviço 140 vigilantes.

Na Fase Charlie (1 de julho a 30 de setembro) funcionou com 230 postos de vigia, em atividade durante 24 horas por dia e prestaram serviço 919 vigilantes.

No decorrer da atividade da RNPV, denotaram-se os seguintes constrangimentos:

- o PV 11-04 Alto dos Púcaros (Vila Real) durante a fase Charlie funcionou apenas com 3 elementos, implicando o seu encerramento durante o período noturno;
- o PV 447-06 Moinho do Pisco-Aveiro manteve-se desativado por furto da infraestrutura.

5.2. Dados por fonte de alerta

Relativamente aos alertas dos incêndios no ano transato, cerca de 59% dos alertas foram dados por populares. Aproximadamente 12% das ocorrências foram alertadas via 112 e cerca de 9% pelos postos de vigia (Quadro 12 e Figura 17).

Quadro 12 – Número de ocorrências por fonte de alerta de incêndio em 2013

Fonte de alerta	Número de ocorrências
Via telefone pelo 112	2.309
Centro de Comando Operacional (CCO)	224
Outros	3.219
Populares	11.442
Postos de Vigia	1.801
Sapadores Florestais	296
Total	19.291

Fonte: SGIF

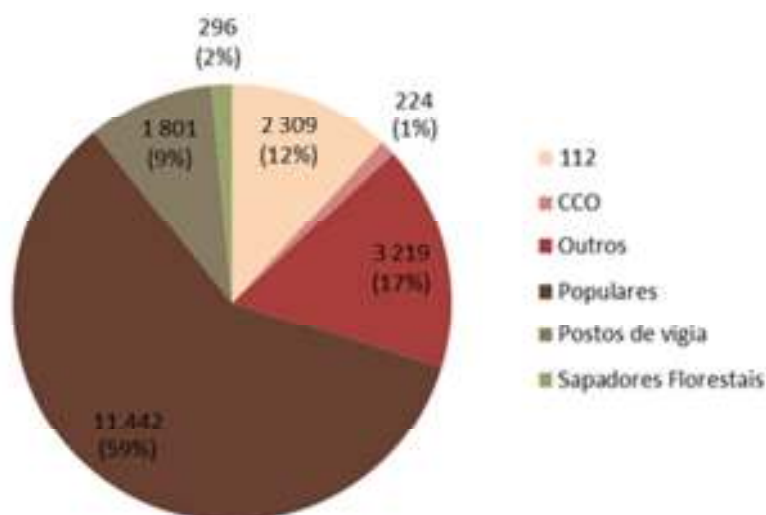


Figura 17 – Percentagem de ocorrências por fonte de alerta de incêndio

5.3. Autos-notícia levantados no âmbito do DL n.º124/2006 e eventuais processos-crime

As ações de fiscalização realizadas pela GNR no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º17/2009, de 14 de janeiro, relativas ao Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, resultaram na elaboração de 3.343 autos de contra ordenação, contabilizando-se 4.966 processos-crime instaurados.

A PSP, no âmbito do mesmo Decreto-Lei e da Diretiva Operacional Nacional do DECIF de 2013, efetuou 3.787 ações de vigilância/fiscalização, detetou 539 situações de incumprimento e levantou 246 Autos de Notícia por Contraordenação. A PSP identificou ainda no âmbito contraordenacional e criminal 210 indivíduos.

5.4. Detidos

A GNR deteve 43 indivíduos em flagrante delito e identificou 750 suspeitos por fundada suspeita da prática de crime de incêndio.

A Polícia Judiciária (PJ) durante o ano de 2013 em Portugal Continental inquiriu 1.316 indivíduos, no âmbito dos incêndios florestais, e deteve 82 pessoas das quais 48 ficaram em prisão preventiva e 4 em prisão domiciliária.

A Polícia de Segurança Pública (PSP) efetuou, no mesmo âmbito, duas detenções.

5.5. Causas dos incêndios

Cerca de 75,5% do total das 19.291 ocorrências, em análise no presente relatório, foram alvo de investigação pela Guarda Nacional Republicana – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (GNR/SEPNA).

Dos resultados investigados resulta que 31% das ocorrências resultaram de comportamentos negligentes e em cerca de 28% das investigações não foi possível identificar a causa da ignição (Figura 18). Do universo das ocorrências investigadas e com causa apurada (10.510), cerca de 43% estão associadas a comportamentos negligentes, essencialmente pelo uso do fogo (39%), com destaque para as queimadas (2.286 ocorrências). O incendiário (classe que enquadra motivações como o vandalismo, a provocação dos meios de combate aos incêndios, as manobras de diversão, ou os conflitos com vizinhos e vinganças) esteve na origem de 32% das ignições com investigação concluída pela GNR/SEPNA (Quadro 13).

É possível agregar o universo das causas investigadas em cinco grandes grupos em função do tipo de causa, consoante seja: negligente, desconhecida, intencional, natural ou resultado de um reacendimento (Figura 18).

Quadro 13 – Número de ocorrências por tipo de causa investigada em 2013

Causa	Número de ocorrências
<u>Uso do fogo</u>	4 048
Fogueiras	1436
Fumar	180
Lançamento de foguetes	30
Queima de lixo	105
Queimadas	2 286
Outros	11
<u>Acidentais</u>	450
Maquinaria e equipamento	144
Transporte e comunicações	147
Outros	159
<u>Estruturais</u>	118
Caça e vida selvagem	47
Uso do solo	22
Outras	49
<u>Incendiarismo</u>	3 543
Imputáveis	3 340
Inimputáveis	39
Sem motivação conhecida	164
<u>Naturais</u>	78
<u>Indeterminadas</u>	4 057
<u>Reacendimentos</u>	2 273
Total de ocorrências investigadas	14 567

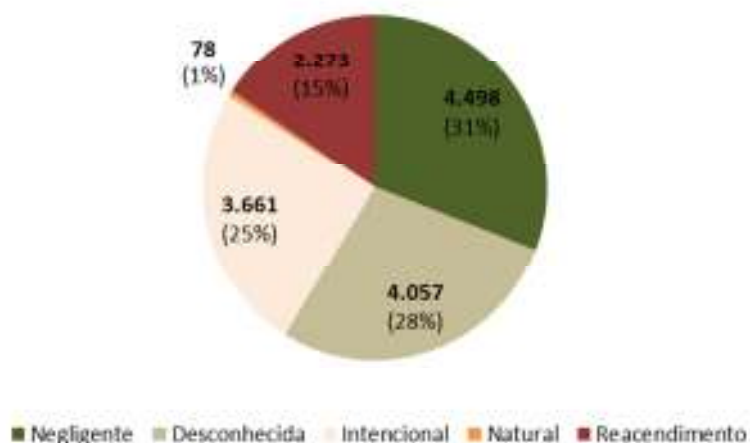


Figura 18 – Agregação das causas investigadas nos 5 grandes grupos

5.6. Formação ministrada

Ao longo do ano de 2013 a GNR promoveu a formação da totalidade dos vigilantes que guarneceram os postos de vigia da Rede Nacional de Postos de Vigia.

6. ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS SUBMETIDAS AO REGIME FLORESTAL

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), no âmbito das suas competências como Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade e como Autoridade Florestal Nacional, é responsável pela gestão das áreas protegidas de âmbito nacional e pela gestão direta de áreas públicas e comunitárias submetidas ao regime florestal.

As áreas protegidas ocupam, aproximadamente, 680,8 mil hectares compreendendo no conjunto das áreas de âmbito nacional, um parque nacional, 13 parques naturais, 9 reservas naturais, duas paisagens protegidas e 7 monumentos naturais. A área de terrenos submetidos ao regime florestal sob gestão do ICNF é de cerca de 523 mil hectares, sendo cerca de 55 mil hectares de Matas Nacionais (MN) e a restante área de baldios e terrenos autárquicos organizados em Perímetros Florestais (PF).

No que respeita à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), ardeu um total de cerca de 8.248 hectares. O Parque Natural do Douro Internacional - PNDI foi a área protegida mais atingida em 2013, com uma área ardida de 3.082 hectares, sendo as restantes áreas protegidas com área ardida mais significativa: o Parque Natural da Serra da Estrela - PNSE (2311 hectares), o Parque Natural do Alvão - PNA (1111 hectares) e o Parque Nacional da Peneda-Gerês - PNPG (882 hectares). O total da superfície ardida nestes 4 parques corresponde a 90% da área total ardida na RNAP.

A taxa de incidência dos incêndios florestais em 2013 nas matas nacionais e perímetros florestais foi de aproximadamente 5% (24.939ha ardidos), tendo sido a área ardida em matas nacionais de 447 hectares (aproximadamente 0,8% da área total de MN) e em perímetros florestais de 24.492 hectares (cerca de 5,2% da área total de PF).

A área ardida distribui-se por três matas nacionais (MN da Covilhã, MN do Gerês e MN do Urso) e por 43 perímetros florestais localizados nas regiões Norte e Centro do território continental.

De entre os perímetros com valores mais elevados de área ardida destacam-se os perímetros florestais da Serra de Leomil e de Mondim de Basto, com 4 182 hectares e 2 833 hectares queimados, valores que correspondem a

cerca de 28 % da superfície de cada um dos perímetros. Os perímetros florestais percentualmente mais afetados foram o do Ladário (Viseu), com 912 hectares ardidos e o de São Tomé do Castelo (Vila Real), com 914 hectares, áreas que representam cerca de 70% e de 58% da respetiva superfície daqueles perímetros.

Os matos, incluindo as pastagens espontâneas e os improdutivos, foi o uso do solo mais afetado, com 14.219 hectares de área ardida e o pinheiro bravo a espécie florestal mais prejudicada, com 3.107 hectares de povoamentos puros queimados, dos quais 2.179 hectares com idades inferiores a 10 anos.

Os relatórios específicos das áreas ardidas no ano de 2013 em áreas protegidas e em áreas públicas e comunitárias submetidas ao regime florestal estão disponíveis na página digital do ICNF (<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/rel-if>).

7. DESCRIÇÃO DOS GRANDES INCÊNDIOS

Em 2013 registaram-se 216 incêndios florestais com área ardida igual ou superior a 100 hectares (Anexo III), dos quais resultaram 123.985 hectares de área queimada, cerca de 81,2% do total nacional, entre povoamentos (45.348ha) e matos (78.637ha). No que concerne a incêndios com área mínima de 500 hectares registaram-se 56 ocorrências que percorreram aproximadamente 88.613 hectares de espaços florestais (quadro 14).

Quadro 14 - Síntese dos grandes incêndios ocorridos em 2013

Classes (ha)	Número de ocorrências	Área ardida (ha)	% Área ardida face ao total em 2013
[100 - 500[160	35.372	0,23
[500 - 1.000[30	21.980	0,14
[1.000 – 5.000[24	46.073	0,30
[5.000 – 10.000[1	6.854	0,04
≥ 10.000	1	13.706	0,09
Média 2003-2012	216	123.985	0,81

No sentido de avaliar os impactes dos incêndios sobre os espaços florestais e a recuperação das áreas afetadas nas vertentes da estabilização de emergência e da recuperação de longo prazo, o ICNF procedeu à elaboração de

2 relatórios técnicos, um para a área abrangida pelos incêndios que incidiram na Serra do Caramulo (entre 20 de agosto e 2 de setembro) e outro para a área percorrida pelo incêndio de Alfândega da Fé (entre 8 e 12 de julho).

Esses relatórios suportam a atribuição de apoios financeiros pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), com uma dotação de cerca de 4.600 mil euros destinados a intervenções de proteção contra a erosão, nomeadamente de estabilização de vertentes, recuperação de linhas de água e de caminhos, no âmbito da Intervenção Estabilização de Emergência Após Incêndio, prevista na Subação 2.3.2.1 – Recuperação do Potencial Produtivo.

Os relatórios referidos anteriormente podem ser consultados na página digital do ICNF em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa>.

Ao Instituto Nacional de Estatística (INE) foi atribuída³ a responsabilidade de realizar um inquérito destinado a inventariar os impactos ao nível municipal dos incêndios considerados, pela Comissão Interministerial criada para o efeito, de grande dimensão e gravidade. Em 2013, a Comissão Interministerial declarou com interesse neste âmbito os incêndios do Caramulo, de Picões, de Trancoso, da Covilhã e de Mondim de Basto. Os dois primeiros pela extensão da área ardida e os outros três para avaliação do impacto do incêndio. Os resultados poderão ser consultados em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=216873602&DESTAQUESmodo=2

8. VÍTIMAS REGISTRADAS

Qualquer que seja o balanço estatístico que se pretenda efetuar, o ano de 2013, no que aos incêndios florestais diz respeito, ficará sempre marcado pela existência de 9 vítimas mortais (8 bombeiros e 1 autarca) que infelizmente perderam a vida no decurso de operações de combate⁴. Para além do elevado número de vítimas a lamentar entre os operacionais, registaram-se ainda 669 feridos (575 operacionais e 94 civis). Por parte da GNR há a lamentar 5 feridos no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF).

³ Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2012, de 18 de outubro.

⁴ Há ainda a registar, para além das 9 vítimas mortais no Continente, a morte de um civil no decorrente do combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira.

9. PREJUÍZOS AMBIENTAIS E MATERIAS

Com base na estimativa do valor da floresta e dos espaços florestais apresentado no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), estima-se um prejuízo médio anual com os incêndios florestais, desde 2003, superior a 205 milhões de euros (quadro 15).

A estimativa de prejuízos ambientais e materiais no ano de 2013 é da ordem dos 219 milhões de euros, valor este superior em 14,6 milhões de euros ao valor médio do decénio anterior.

Quadro 15 – Perdas em euros resultantes dos incêndios florestais

Ano	Área Ardida (ha)	Perdas (Euros)
2003	425.839,00	611.078.965,00
2004	130.107,00	186.703.545,00
2005	339.089,00	486.592.715,00
2006	76.058,00	109.143.230,00
2007	32.595,00	46.773.825,00
2008	17.564,00	25.204.340,00
2009	87.420,00	125.447.700,00
2010	133.090,00	190.984.150,00
2011	73.829,00	105.944.615,00
2012	110.232,00	158.182.920,00
2013	152.756,00	219.204.860,00
Média 2003-2012	143.507,00	205.932.806,00

Fonte: SGIF/PNDFCI (5,4 milhões de hectares de espaços florestais têm um valor de 7.750 milhões de euros)

Segundo o INE, de acordo com os resultados dos inquéritos municipais aos 5 incêndios de grande dimensão e gravidade (Caramulo, Picões, Trancoso, Covilhã e Mondim de Basto), estima-se que os danos diretos destes incêndios ascendam a 34,2 milhões de euros (correspondente a uma área ardida de 27 918ha) dos quais 40,6% no incêndio do Caramulo, 29,2% no incêndio de Picões e os restantes 30% distribuídos quase de igual forma pelos incêndios de Mondim de Basto, Trancoso e Covilhã.

Segundo a mesma fonte, no incêndio do Caramulo quase 89% dos danos incidiram na perda de potencial florestal. Em contrapartida no incêndio de Picões os danos no potencial agrícola totalizaram quase 38% do total de danos deste incêndio.

10. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS COM OS INCÊNDIOS FLORESTAIS COM OS BOMBEIROS

Fruto do elevado empenhamento operacional verificado em 2013 as despesas extraordinárias com os incêndios florestais superou os 14 milhões de euros (Quadro 16). A reparação de veículos foi o tipo de despesa que efetivou maior gasto (70 % do total da despesa extraordinária). Em termos distritais, os distritos de Viseu de Coimbra foram aqueles que registaram os gastos mais elevados.

Quadro 16 – Despesas Extraordinárias com os incêndios florestais em 2013

Distrito	Reposição de veículos	Reparação de veículos	Danos com equipamento	Alimentação	Salários perdidos	Total
Aveiro	0,00	666.672,94	142.813,45	92.713,95	702,31	902.902,65
Beja	0,00	172.751,33	31.647,80	11.612,75	0,00	216.011,88
Braga	0,00	411.466,84	48.142,29	69.605,25	0,00	529.214,38
Bragança	28.750,00	457.516,86	195.192,09	115.792,34	29,32	797.280,61
Castelo Branco	0,00	507.748,24	59.781,65	61.036,76	0,00	628.566,65
Coimbra	21.200,00	1.047.138,21	300.316,60	87.398,20	0,00	1.456.053,01
Évora	0,00	215.312,12	29.956,92	6.941,93	0,00	252.210,97
Faro	0,00	224.168,37	42.305,50	7.849,00	0,00	274.322,87
Guarda	0,00	516.013,24	170.513,58	74.962,39	0,00	761.489,21
Leiria	0,00	420.531,11	74.587,57	44.624,70	116,04	539.859,42
Lisboa	92.000,00	989.300,97	139.609,63	15.719,30	0,00	1.236.629,90
Portalegre	0,00	227.637,02	36.540,02	6.231,65	0,00	270.408,69
Porto	0,00	801.440,77	212.244,25	128.251,83	0,00	1.141.936,85
Santarém	51.250,00	619.190,59	48.261,89	17.186,58	0,00	735.889,06
Setúbal	0,00	345.494,86	41.529,98	9.924,00	85,56	397.034,40
Viana do Castelo	92.000,00	235.679,43	95.628,45	105.111,74	0,00	528.419,62
Vila Real	0,00	685.816,87	210.139,80	148.714,40	0,00	1.044.671,07
Viseu	62.000,00	1.260.172,20	726.375,46	323.879,71	0,00	2.372.427,37
TOTAL	347.200,00	9.804.051,97	2.605.586,93	1.327.556,48	933,23	14.085.328,61

11. EMISSÕES DE CO²

Desde 2006 apenas se destacaram três anos, 2010, 2012 e 2013 nos quais as perdas anuais em produtos e serviços prestados pelos ecossistemas florestais e as emissões de CO₂⁵ superaram o limiar de perdas admitido no Plano Nacional Defesa Floresta Contra Incêndios (PNDFCI). Este limiar foi definido com base na meta dos 100.000ha/ano para 2012 estabelecida no PNDPCI (Figura 19) e que deixa de se aplicar a partir de 2013 uma vez que a meta definida para o período 2013-2018 implica a redução da área ardida de povoamento para menos de 0,8% da área de povoamento em Portugal Continental (aproximadamente 25.200ha)

No ano em análise as emissões de CO₂ ascenderam a 1.134.213,3 toneladas.

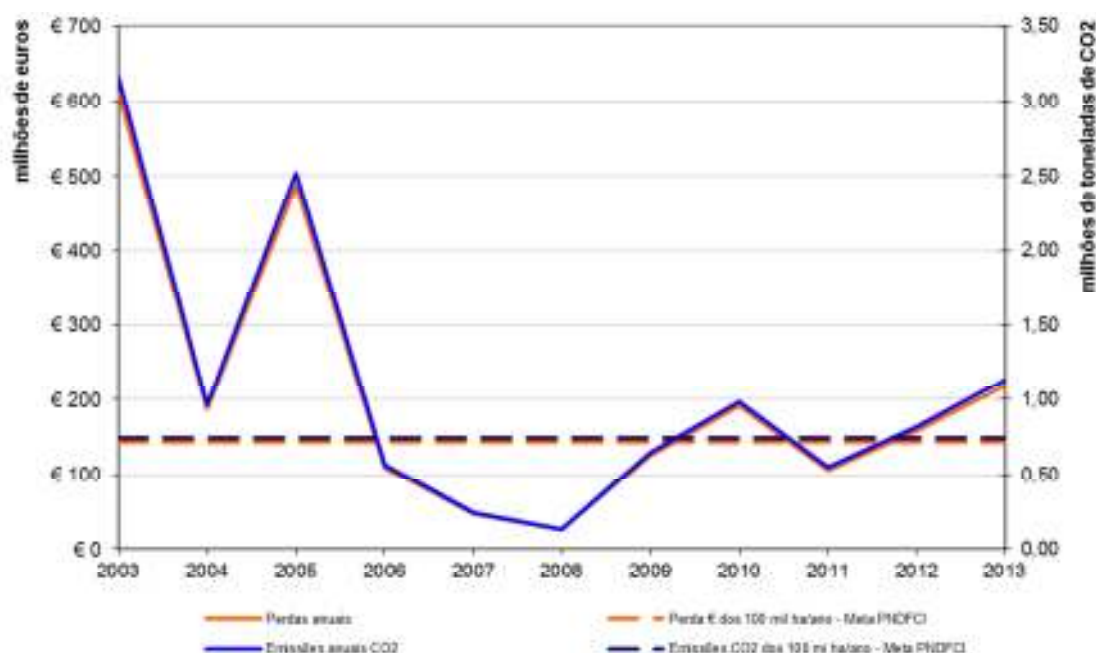


Figura 19 – Perdas de valor e emissões de CO₂, atribuíveis aos incêndios

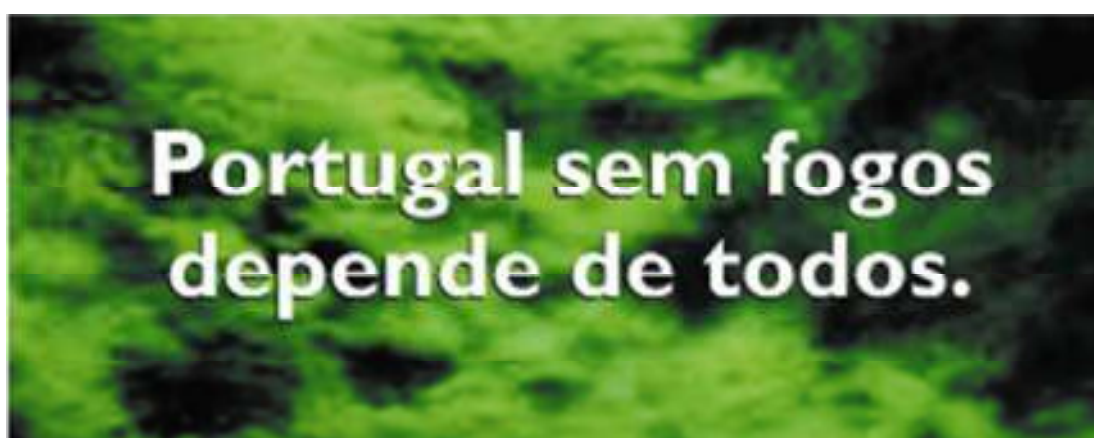
12. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito do protocolo celebrado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, relativo à cooperação Técnica e Assistência Mútua em matéria de Proteção Civil, há registo de 37 ocorrências em Portugal que contaram com o apoio de Espanha, efetivado com 397 combatentes, 35 veículos, 35 meios aéreos e 2 outros meios para além de 6 pedidos efetuados a nível nacional entre os dois organismos centrais de proteção civil.

⁵ Fonte: *Potential for CO2 emissions mitigation in Europe through prescribed burning in the context of the Kyoto Protocol*; Caroline Narayan a,*, Paulo M. Fernandes, Jo van Brusselen a, Andreas Schuck a a European Forest Institute, Torikatu 34, FIN-80100 Joensuu, Finland Departamento Florestal & Centro de Estudos em Gestão de Ecossistemas (CEGE), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal; 7 June 2007

Portugal auxiliou no combate a 13 incêndios empenhando um efetivo de 131 combatentes e 30 veículos e 1 meio aéreo.

Face à situação de incêndios florestais vivida no período de 09 de agosto a 03 de setembro, Portugal, através da ANPC acionou protocolos de ajuda mútua com França e Espanha tendo contado com a presença em Portugal com inicialmente 2 aviões anfíbios Canadair franceses ao qual se juntou 1 terceiro avião e 6 missões de apoio por parte de aviões anfíbios Espanhóis, num total de 44 missões aéreas e 120 horas de voo. Durante o período mais crítico de incêndios [entre 01 e 04 de setembro], Portugal acionou ainda o mecanismo europeu de proteção civil, tendo contado com a presença de 2 aviões anfíbios Canadair da Croácia, que efetuaram 23 horas de voo em 8 missões de combate a incêndios florestais.



ANEXOS

ANEXO I

Estatística de incêndios na Região Autónoma da Madeira entre 2006 e 2013

Anos	Ocorrências	Área ardida (hectares)		
		Povoamentos	Matos	Total
2006	93	2 265	1 067	3 332
2007	95	1 022	461	1 483
2008	137	314	163	477
2009	49	237	52	289
2010	102	4 241	4 391	8 632
2011	123	436	309	745
2012	232	3 906	3 060	6 966
2013	63	925	358	1 283

Fonte: Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza (Governo da Região Autónoma da Madeira)

ANEXO II

Distribuição dos meios envolvidos no combate aos incêndios florestais em 2013, por distrito

Distrito	Meios envolvidos (nº)		
	Operacionais	Terrestres	Aéreos
Aveiro	28.917	7.386	563
Beja	1.905	582	24
Braga	31.635	8.739	592
Bragança	15.639	3.976	293
Castelo Branco	17.565	4.864	307
Coimbra	23.026	6.077	342
Évora	2.976	815	32
Faro	8.542	2.584	132
Guarda	17.848	4.726	319
Leiria	15.162	4.130	181
Lisboa	17.872	4.896	12
Portalegre	3.612	960	43
Porto	59.975	16.670	818
Santarém	13.337	3.577	143
Setúbal	8.643	2.358	22
Viana do Castelo	27.424	7.302	506
Vila Real	28.206	6.753	590
Viseu	59.063	14.735	1.108
TOTAL	381.347	101.130	6.027

Fonte: ANPC

ANEXO III

Lista dos incêndios com área mínima de 100 hectares

Distrito	Concelho/Freguesia	Data Alerta (DD/MM/AAAA)	Área ardida (ha)		
			Povoamento	Mato	Espaço Florestal
Aveiro	Arouca/Alvarenga	22/9/2013	245	50	295
Aveiro	Arouca/Mansores	11/9/2013	275	31	306
Aveiro	Arouca/União das Freguesias de Covelo de Paivô e Janarde	6/12/2013	0	138	138
Aveiro	Vale de Cambra/Macieira de Cambra	2/9/2013	174	0	174
Aveiro	Sever do Vouga/Pessegueiro do Vouga	25/5/2013	136	13	149
Aveiro	Sever do Vouga/Talhadas	1/9/2013	102	12	114
Aveiro	Sever do Vouga/Talhadas	5/7/2013	723	92	815
Beja	Ourique/Santana da Serra	30/7/2013	317	0	317
Braga	Amares/Bouro (Santa Marta)	29/8/2013	98	50	148
Braga	Amares/Bouro (Santa Marta)	30/8/2013	60	70	130
Braga	Amares/Paranhos	21/9/2013	14	140	154
Braga	Cabeceiras de Basto/Cabeceiras de Basto	3/9/2013	44	300	344
Braga	Cabeceiras de Basto/Cabeceiras de Basto	13/9/2013	13	400	413
Braga	Cabeceiras de Basto/Cavês	25/8/2013	15	268	283
Braga	Cabeceiras de Basto/Pedraça	29/8/2013	52	60	112
Braga	Cabeceiras de Basto/Rio Douro	3/9/2013	8	270	278
Braga	Celorico de Basto/Vale de Bouro	22/9/2013	22	105	127
Braga	Fafe/Aboim	2/9/2013	2	190	192
Braga	Fafe/Quinchães	25/8/2013	100	12	112
Braga	Fafe/São Clemente (Silvares)	29/8/2013	180	9	189
Braga	Fafe/São Gens	4/9/2013	20	190	210
Braga	Braga/São Pedro Oliveira	1/9/2013	180	10	190
Braga	Fafe/Serafão	22/9/2013	200	45	245
Braga	Fafe/Várzea Cova	15/9/2013	10	140	150
Braga	Fafe/Vila Cova	20/4/2013	57	228	285
Braga	Guimarães/Santa Leocádia (Briteiros)	25/8/2013	300	61	361
Braga	Póvoa de Lanhoso/Friande	27/8/2013	7	166	173
Braga	Póvoa de Lanhoso/Rendufinho	28/8/2013	5	95	100
Braga	Póvoa de Lanhoso/Travassos	28/8/2013	63	70	133

Braga	Terras de Bouro/Campo do Gerês	3/9/2013	1	328	329
Braga	Terras de Bouro/Chamoim	20/8/2013	2	124	126
Braga	Vieira do Minho/Rossas	2/9/2013	20	128	148
Braga	Vieira do Minho/Ruivães	3/9/2013	15	148	163
Braga	Vieira do Minho/Ruivães	22/9/2013	5	166	171
Braga	Vila Nova de Famalicão/Joane	10/9/2013	130	0	130
Braga	Vila Verde/Godinhaços	28/8/2013	40	394	434
Braga	Vila Verde/Valdreu	16/9/2013	76	400	476
Bragança	Vimioso/Matela	18/8/2013	40	64	104
Bragança	Carrazeda de Ansiães/Vilarinho da Castanheira	14/7/2013	31	88	119
Bragança	Mirandela/Mirandela	29/8/2013	89	34	123
Bragança	Mirandela/Frechas	12/7/2013	7	130	137
Bragança	Miranda do Douro/Miranda do Douro	22/8/2013	120	60	180
Bragança	Carrazeda de Ansiães/Lavandeira	14/9/2013	0	187	187
Bragança	Torre de Moncorvo/Adeganha	17/8/2013	0	237	237
Bragança	Torre de Moncorvo/Carviçais	8/7/2013	0	298	298
Bragança	Miranda do Douro/Cicouro	1/8/2013	10	313	323
Bragança	Torre de Moncorvo/Cardanha	13/8/2013	0	333	333
Bragança	Mirandela/Lamas de Orelhão	16/8/2013	90	298	388
Bragança	Vinhais/Vinhais	23/8/2013	91	312	403
Bragança	Mirandela/Agueiras	19/8/2013	425	50	475
Bragança	Vinhais/Ervedosa	22/8/2013	48	478	526
Bragança	Mirandela/Torre de Dona Chama	4/9/2013	280	474	754
Bragança	Vila Flor/Freixiel	27/8/2013	1.587	1.491	3.078
Bragança	Alfândega da Fé/Ferradosa	9/7/2013	1.983	11.723	13.706
Castelo Branco	Fundão/Mata da Rainha	20/8/2013	286	346	632
Castelo Branco	Covilhã/Coutada	15/8/2013	810	25	835
Castelo Branco	Covilhã/Cantar-Galo	23/8/2013	106	836	942
Coimbra	Cantanhede/Tocha	30/6/2013	119	18	137
Coimbra	Oliveira do Hospital/Penalva de Alva	21/8/2013	80	70	150
Coimbra	Penacova/Penacova	11/8/2013	145	35	180
Coimbra	Miranda do Corvo/Miranda do Corvo	14/8/2013	198	10	208
Coimbra	Oliveira do Hospital/Lagares da Beira	25/8/2013	120	710	830
Coimbra	Góis/Alvares	20/8/2013	1.060	180	1.240
Faro	Aljezur/Aljezur	6/7/2013	7	446	453
Guarda	Vila Nova de Foz Coa/Castelo Melhor	22/8/2013	0	112	112
Guarda	Seia/Loriga	17/8/2013	0	113	113

Guarda	Vila Nova de Foz Coa/Almendra	19/8/2013	0	120	120
Guarda	Seia/Loriga	10/12/2013	96	54	150
Guarda	Celorico da Beira/Rapa	15/8/2013	85	74	159
Guarda	Seia/Vide	10/12/2013	160	0	160
Guarda	Trancoso/Palhais	20/7/2013	113	66	179
Guarda	Sabugal/Nave	23/8/2013	118	179	297
Guarda	Vila Nova de Foz Coa/Numão	26/8/2013	214	201	415
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo/Vilar de Amargo	27/8/2013	310	253	563
Guarda	Guarda/Aldeia Viçosa	15/8/2013	236	352	588
Guarda	Trancoso/Vilares	10/7/2013	179	420	599
Guarda	Vila Nova de Foz Coa/Muxagata	28/8/2013	32	708	740
Guarda	Trancoso/Moreira de Rei	11/8/2013	360	606	966
Guarda	Trancoso/Santa Maria	21/8/2013	399	702	1.101
Guarda	Vila Nova de Foz Coa/Almendra	28/8/2013	20	1.935	1.955
Leiria	Figueiró dos Vinhos/Figueiró dos Vinhos	23/7/2013	103	0	103
Leiria	Porto de Mós/Serro Ventoso	22/9/2013	8	123	131
Leiria	Figueiró dos Vinhos/Bairradas	16/8/2013	182	62	244
Leiria	Pombal/Abiul	22/9/2013	11	1.471	1.482
Lisboa	Alenquer/Carnota	10/8/2013	70	200	270
Portalegre	Nisa/Montalvão	23/6/2013	82	73	155
Portalegre	Crato/Crato e Mártires	8/8/2013	174	9	183
Portalegre	Crato/Monte da Pedra	23/9/2013	182	4	186
Porto	Amarante/Aboadela	29/6/2013	35	65	100
Porto	Amarante/São Simão	3/9/2013	0	101	101
Porto	Baião/Teixeira	27/8/2013	0	104	104
Porto	Amarante/Carvalho de Rei	21/9/2013	20	86	106
Porto	Felgueiras/Jugueiros	25/8/2013	112	0	112
Porto	Santo Tirso/Agrela	2/9/2013	117	0	117
Porto	Paços de Ferreira/Codessos	1/9/2013	0	118	118
Porto	Paços de Ferreira/Sanfins de Ferreira	2/9/2013	120	0	120
Porto	Penafiel/Santa Marta	14/8/2013	0	125	125
Porto	Paços de Ferreira/Meixomil	2/9/2013	0	142	142
Porto	Paços de Ferreira/Sanfins de Ferreira	28/8/2013	149	0	149
Porto	Marco de Canaveses/Paços de Gaiolo	2/9/2013	2	159	161
Porto	Amarante/Lufrei	11/8/2013	90	110	200
Porto	Santo Tirso/Guimarei	21/9/2013	210	0	210
Porto	Penafiel/Eja	30/8/2013	223	0	223

Porto	Santo Tirso/Refojos de Riba de Ave	2/9/2013	232	0	232
Porto	Marco de Canaveses/Soalhães	29/8/2013	0	244	244
Porto	Santo Tirso/Lamelas	30/8/2013	247	0	247
Porto	Marco de Canaveses/Soalhães	28/8/2013	179	107	286
Porto	Baião/Gestaço	1/9/2013	31	265	296
Porto	Marco de Canaveses/Folhada	30/8/2013	18	399	417
Porto	Marco de Canaveses/Soalhães	28/8/2013	28	455	483
Porto	Gondomar/Foz do Sousa	1/9/2013	493	0	493
Porto	Baião/Viariz	28/8/2013	0	636	636
Porto	Marco de Canaveses/Manhuncelos	28/8/2013	136	559	695
Porto	Paredes/Recarei	30/8/2013	732	0	732
Porto	Amarante/Candemil	21/9/2013	597	171	768
Porto	Amarante/Candemil	27/8/2013	66	1.169	1.235
Santarém	Benavente/Samora Correia	20/8/2013	124	6	130
Santarém	Coruche/Erra	4/7/2013	161	5	166
Setúbal	Grândola/Azinheira dos Barros	31/5/2013	90	71	161
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Carralcova	18/9/2013	0	100	100
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Cabreiro	18/9/2013	0	100	100
Viana do Castelo	Monção/Abedim	22/9/2013	2	110	112
Viana do Castelo	Monção/Merufe	3/9/2013	6	112	118
Viana do Castelo	Ponte de Lima/Gemieira	25/8/2013	40	80	120
Viana do Castelo	Valença/Boivão (São Tiago)	11/9/2013	0	120	120
Viana do Castelo	Ponte da Barca/Britel (São Martinho)	10/9/2013	28	108	136
Viana do Castelo	Ponte de Lima/Moreira do Lima	24/8/2013	43	100	143
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Prozelo	22/9/2013	45	106	151
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Miranda	19/9/2013	82	73	155
Viana do Castelo	Caminha/Moledo	17/9/2013	163	25	188
Viana do Castelo	Ponte da Barca/União das freguesias de Vila Chã (São João Baptista e Santiago)	11/12/2013	0	201	201
Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira/Cornes	26/8/2013	20	185	205
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Cabreiro	26/8/2013	170	62	232
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Vale	21/9/2013	28	228	256
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Extremo	19/8/2013	30	268	298
Viana do Castelo	Caminha/Dem	24/8/2013	195	156	351
Viana do Castelo	Melgaço/Roussas	19/8/2013	106	282	388
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Couto	14/9/2013	264	178	442
Viana do Castelo	Viana do Castelo/Montaria	20/8/2013	0	538	538
Viana do Castelo	Monção/Lordelo	2/9/2013	200	414	614

Viana do Castelo	Caminha/Cristelo	2/9/2013	202	471	673
Viana do Castelo	Melgaço/Cousso	19/8/2013	50	640	690
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez/Cabreiro	22/9/2013	43	770	813
Viana do Castelo	Ponte de Lima/Correlhã	24/8/2013	259	606	865
Viana do Castelo	Viana do Castelo/Outeiro	13/9/2013	482	685	1.167
Vila Real	Valpaços/Sanfins	25/8/2013	10	123	133
Vila Real	Murça/Noura	20/8/2013	120	15	135
Vila Real	Alijó/Pegarinhos	25/8/2013	47	95	142
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar/Vreia de Jales	1/9/2013	1	165	166
Vila Real	Boticas/Alturas do Barroso	20/8/2013	0	169	169
Vila Real	Boticas/São Salvador de Viveiro	21/8/2013	0	172	172
Vila Real	Alijó/Pegarinhos	15/8/2013	3	202	205
Vila Real	Boticas/São Salvador de Viveiro	21/8/2013	171	50	221
Vila Real	Valpaços/Santiago Ribeira de Alhariz	22/8/2013	243	0	243
Vila Real	Boticas/Sapiãos	1/8/2013	0	298	298
Vila Real	Mondim de Basto/Ermelo	17/8/2013	29	326	355
Vila Real	Chaves/Tronco	29/8/2013	56	327	383
Vila Real	Valpaços/Ervões	15/8/2013	52	334	386
Vila Real	Boticas/Sapiãos	23/8/2013	0	400	400
Vila Real	Boticas/Beça	23/8/2013	475	0	475
Vila Real	Ribeira de Pena/Cerva	29/8/2013	164	327	491
Vila Real	Boticas/Ardãos	22/8/2013	158	375	533
Vila Real	Chaves/Oucidres	1/9/2013	214	496	710
Vila Real	Peso da Régua/Sedielos	24/8/2013	0	767	767
Vila Real	Boticas/Beça	23/8/2013	800	50	850
Vila Real	Boticas/Boticas	21/8/2013	229	714	943
Vila Real	Valpaços/Vales	21/8/2013	0	1.350	1.350
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar/Soutelo de Aguiar	21/8/2013	156	1.234	1.390
Vila Real	Chaves/Calvão	23/8/2013	1.412	0	1.412
Vila Real	Valpaços/Vales	24/8/2013	1.596	100	1.696
Vila Real	Mondim de Basto/Ermelo	27/8/2013	2.101	645	2.746
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar/Telões	21/8/2013	556	3.283	3.839
Viseu	Vouzela/Alcofra	29/6/2013	67	48	115
Viseu	Cinfães/Gralheira	22/8/2013	0	116	116
Viseu	Lamego/Pretarouca	21/8/2013	0	117	117
Viseu	Castro Daire/Cabril	9/10/2013	1	120	121
Viseu	Resende/Paus	20/8/2013	37	86	123

Viseu	Castro Daire/Pepim	20/8/2013	109	20	129
Viseu	Moimenta da Beira/Moimenta da Beira	25/9/2013	52	79	131
Viseu	Castro Daire/Moledo	2/9/2013	40	110	150
Viseu	Lamego/Pretarouca	23/8/2013	0	153	153
Viseu	Castro Daire/Gosende	21/8/2013	0	154	154
Viseu	Sátão/Vila Longa	13/8/2013	164	0	164
Viseu	Resende/Paus	25/8/2013	2	170	172
Viseu	Vila Nova de Paiva/Touro	15/8/2013	55	125	180
Viseu	Mangualde/Santiago de Cassurrães	27/8/2013	26	156	182
Viseu	Lamego/Magueija	11/8/2013	0	201	201
Viseu	Mangualde/Chãs de Tavares	1/8/2013	5	240	245
Viseu	Viseu/Povolide	22/9/2013	86	173	259
Viseu	Castro Daire/Cabril	27/11/2013	0	260	260
Viseu	Lamego/Bigorne	3/9/2013	11	259	270
Viseu	Viseu/Silgueiros	4/7/2013	36	251	287
Viseu	Resende/Cárquere	26/8/2013	10	280	290
Viseu	Resende/Felgueiras	22/8/2013	12	295	307
Viseu	Mangualde/Santiago de Cassurrães	25/8/2013	5	317	322
Viseu	São Pedro do Sul/Sul	11/8/2013	165	160	325
Viseu	Lamego/Almacave	13/8/2013	0	334	334
Viseu	Moimenta da Beira/Sever	1/9/2013	28	307	335
Viseu	Vouzela/Queirã	16/9/2013	332	6	338
Viseu	Tabuaço/Arcos	11/8/2013	4	465	469
Viseu	Penedono/Castainço	1/8/2013	31	451	482
Viseu	São Pedro do Sul/São Martinho das Moitas	26/11/2013	210	368	578
Viseu	Resende/Panchorra	21/8/2013	0	803	803
Viseu	Cinfães/Alhões	24/8/2013	176	806	982
Viseu	Penalva do Castelo/Antas	21/8/2013	254	996	1.250
Viseu	Tondela/Silvares	21/8/2013	599	747	1.346
Viseu	Sernancelhe/Arnas	11/8/2013	87	1.370	1.457
Viseu	Vouzela/Alcofra	20/8/2013	1.128	394	1.522
Viseu	Oliveira de Frades/Arcozelo das Maias	25/8/2013	1.339	213	1.552
Viseu	Moimenta da Beira/Castelo	1/8/2013	203	1.424	1.627
Viseu	Sátão/Vila Longa	11/8/2013	731	994	1.725
Viseu	Penalva do Castelo/Sezures	12/8/2013	222	1.533	1.755
Viseu	Castro Daire/São Joaninho	31/8/2013	645	1.801	2.446
Viseu	Sátão/Ferreira de Aves	29/8/2013	1.411	2.290	3.701

Viseu	Tarouca/Várzea da Serra	22/8/2013	1.237	2.765	4.002
Viseu	Tondela/Guardão	28/8/2013	5.989	865	6.854